



RELATÓRIO & CONTAS
ANNUAL REPORT

2016



TRANSPORTES
SUL DO TEJO

Part of Arriva – a **DB** company





ÍNDICE Contents

1	Orgãos Sociais / Board of Directors	4
2	Relatório do Conselho de Administração / Board of Directors Report	
1.	Atividade do Ano / Business during the year	6
2.	Perspetivas Futuras / Future Prospects	13
3.	Referências / Mentions	14
4.	Proposta de aplicação de Resultados / The Proposed Appropriation Of Profits	15
3	Demonstrações Financeiras / Financial Statements	
1.	Balanço / Balance Sheet	17
2.	Demonstração dos Resultados por Naturezas / Income Statement	19
3.	Demonstração das Alterações no Capital Próprio / Equity Statement	21
4.	Demonstração de Fluxos de Caixa / Cash Flow Statement	23
4	Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	26
5	Anexos	46

1 | ORGÃOS SOCIAIS

Board of Directors





1 | ORGÃOS SOCIAIS

Board of Directors

ASSEMBLEIA GERAL

General Assembly

José Manuel Nunes Pacífico
Presidente / *Chairman*

Célia Maria Sousa Cordeiro da Conceição Barradas
Secretário / *General Secretary*

Antero dos Santos Monteiro
Secretário Suplente / *Substitute Secretary*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Board of Directors

Marco Giovanni Piuri
Presidente / *Chairman*

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
Vogal / *Board Member*

José Manuel de Sá Guimas
Vogal / *Board Member*

Luís de Almada Guedes Machado
Vogal / *Board Member*

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
Vogal / *Board Member*

FISCAL ÚNICO

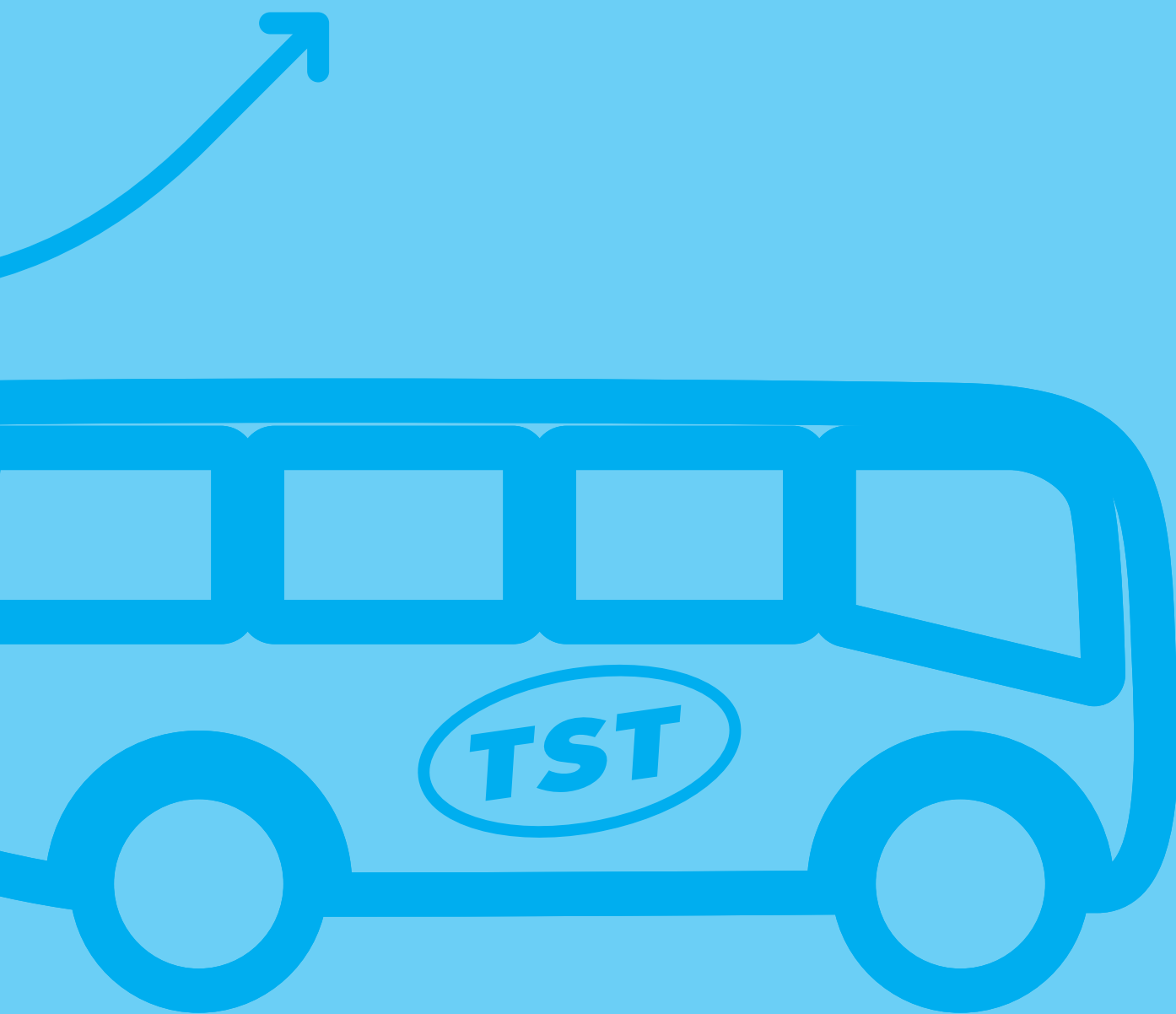
Auditors

PricewaterhouseCoopers e Associados SROC, Lda
Representada por Rui Jorge dos Anjos Duarte
ou João Rui Fernandes Ramos

José Manuel Henriques Bernardo
Suplente / *Substitute*

2 | RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Board of Directors Report



2 | RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Board of Directors' Report



1 | ATIVIDADE DO ANO

Em 2016 a economia portuguesa evidenciou um quadro de crescimento moderado tendo o PIB obtido um crescimento anual de 1,4%, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), comparado com 1,6% verificado em 2015. O crescimento da economia portuguesa foi suportado pela procura interna, com o consumo privado e o consumo público a crescerem 2,3% e 0,8% respetivamente enquanto que o investimento em capital fixo contraiu 0,3%.

Apesar de uma evolução menos dinâmica das exportações de bens e serviços (4,4% em 2016 comparado com 6,1% em 2015), as receitas do turismo em Portugal aumentaram de forma sustentada tendo atingido 16,7% do total das exportações portuguesas de bens e serviços, registando um aumento significativo de 10,7% face ao ano anterior.

O processo de ajustamento orçamental continuou em 2016. Depois do défice orçamental de 4,4% em 2015, o défice atingiu o valor de 2,1% em 2016, abaixo dos 2,4% considerados no Orçamento de Estado.

Ao nível do mercado laboral, a taxa de desemprego média anual diminuiu de 12,4% em 2015 para 11,1% em 2016, dando continuidade à tendência de redução desde o pico atingido em 2013 (17,5%).

No sector dos transportes, o Governo aprovou em 22 de dezembro de 2016, em Conselho de Ministros o diploma que consagrou a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social da Carris do Estado para o município de Lisboa. Com a aprovação deste projeto de decreto-lei, o município de Lisboa assume o pleno das atribuições e competências legais no que respeita ao serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa.

A subida do ISP e da taxa de carbono nos primeiros dois meses de 2016, num total de 6 cêntimos por litro, veio penalizar profundamente o sector. A posterior redução de 1 cêntimo em maio e 1 cêntimo em novembro pouco contribuíram para o alívio das empresas que viram ser repostos no início de 2017, o valor do ISP com a subida definitiva de 2 cêntimos a 1 de janeiro.

Foi colocado à disposição dos operadores de serviço de transporte público de passageiros, em janeiro de 2016, um guia para ajudar na transição para o novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP). A primeira etapa terminou em 30 de junho de 2016 e visou a emissão de autorizações provisórias para a prestação

1 | ACTIVITY DURING THE YEAR

2016 saw the Portuguese economy register a moderate growth scenario, with GDP achieving annual growth of 1,4% according to the National Institute of Statistics (INE), compared to the 1,6% observed in 2015. The growth in the Portuguese economy was supported by internal demand, with private consumption and public consumption growing by 2,3% and 0,8%, respectively, whilst fixed capital investment shrank by 0,3%.

Despite the less dynamic evolution in exports of goods and services (4.4% in 2016 compared with 6.1% in 2015), tourism revenue in Portugal achieved sustained growth, having attained 16.7% of total Portuguese exports of goods and services, recording a major year-on-year increase of 10.7%.

The budget adjustment process continued in 2016. After the budget deficit of 4,4% in 2015, it fell to 2,1% in 2016, below the 2,4% assumed in the State Budget.

In terms of the employment market, the average annual rate of unemployment fell from 12,4% in 2015 to 11,1% in 2016, lending continuity to the downward trend since the peak attained in 2013 (17,5%).

In the transport sector, on December 22nd 2016 the Government Cabinet approved the law enshrining the transfer of all the shares representing the share capital of Carris from Public State to the Lisbon municipality. With the approval of this draft statute law, the Lisbon municipality took on all the legal competences and duties pertaining to the collective public surface passenger transport service in the city of Lisbon.

The rise in the ISP (tax on petroleum products) and the carbon rate in the first two months of 2016, by a total of 6 cents per litre, had a highly negative impact on the sector. The subsequent reduction by 1 cent in May and 1 cent in November did little to relieve companies which saw the ISP value restored in early 2017 with a final rise of 2 cents on January 1st.

In January 2016 a guide was made available to public passenger transport service operators to aid the transition to the new Legal Regime for the Public Passenger Transport Service (RJSPTP). The first stage ended on June 30th 2016 and was geared towards the issuance of provisional permits for the rendering of the existing public transport services.

dos serviços de transporte público existentes. A segunda etapa termina a 3 de dezembro de 2019, quando deverá estar concluído o novo processo de contratualização dos serviços de transportes.

Continua em aberto o diferendo que separa os operadores privados e o Estado sobre o cálculo da receita comercial dos anos 2013, 2014 e 2015 com base nos dados resultantes do sistema de bilhética. A portaria 241-A/2013, publicada em 31 de julho de 2013, regula o sistema de passes multimodais como parte da obrigação de prestação de serviço público e define as regras relativas à compensação financeira a atribuir por esta imposição tarifária.

Após a contestação, em tribunal, dos operadores privados ao Despacho 8946 -A /2015, que determina o critério de atribuição das compensações dos passes multimodais, estabelecendo um limite ao número de validações pagas, o governo publicou em 15 de dezembro de 2016 o despacho 15146-A/2016 que altera o anterior, embora mantenha a limitação do número de validações a serem compensadas. Por este facto, a TST, voltou a contestar em tribunal os termos deste novo despacho. Registe-se que em 22 de dezembro de 2016 a Área Metropolitana de Lisboa enviou, através da ANTROP, um ofício onde constam os cálculos da receita tarifária recebida pela TST nos anos de 2014, 2015, e 2016, que divergem dos registados na contabilidade da empresa, aguardando-se esclarecimentos sobre esta diferença.

Em 2016, não obstante alguma recuperação económica do País em muito apoiada pela melhoria da confiança dos consumidores, pela redução do desemprego e pelo forte contributo do turismo, a mobilidade dos agentes económicos tardou em apresentar sinais de retoma, tendo a empresa transportado menos 829 mil passageiros (2,5%) do que no ano anterior. Em termos globais, a maior quebra verificou-se nos primeiros meses do ano tendo a procura estabilizado no final do primeiro semestre. No segundo semestre, com o início do verão, assistiu-se a uma ligeira recuperação da procura com maior incidência nos últimos meses do ano. Decisivo também foi a reposição da oferta de serviço público com taxa de realização próxima dos 100% no segundo semestre, depois de um período de alguma intermitência resultante da indisponibilidade da frota.

Pelo segundo ano consecutivo, e suportado pelo baixo valor esperado da taxa de inflação em 2015, o Governo não efetuou aumento tarifário no início de janeiro de 2016 tendo este facto associado à evolução da procura levou a que as receitas da prestação de serviço público, no ano de 2016, fossem inferiores em 0,9% face ao ano anterior.

O ano de 2016 foi particularmente exigente no que concerne ao processo de transição para o novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), tendo sido necessário proceder ao carregamento de toda a informação referente às 195 carreiras da TST no portal SIGGESC (paragens, trajetos, horários e tarifários), de harmonia com o estabelecido no novo regime jurídico.

The second stage ends on December 3rd 2019 when the new transport service contractualization process should be completed.

There is still an ongoing dispute between private operators and the State about the calculation of business revenue for 2013, 2014 and 2015 based on the ticketing system data. Ruling 241-A/2013, published on July 31st 2013, regulates the multimodal pass system as part of the obligation to render a public service and it defines the rules pertaining to the financial compensation to be awarded for this tariffing requirement.

Subsequent to the reply by the private operators in court to Ruling 8946-A/2015 which determines the criterion for awarding payments for multimodal passes, setting a limit for the number of validations paid, on December 15th 2016 the government published Ruling 15146-A/2016 which alters the previous one, though it does maintain the limitation on the number of validations to be paid. This is why TST once again replied in court to the terms of this new ruling. It is observed that on December 22nd 2016 Área Metropolitana de Lisboa sent, through ANTROP, an official document setting out the calculations of the tariffing revenue received by TST in 2014, 2015 and 2016 which diverge from those recorded in the company accounts and clarifications are being awaited regarding this difference.

In 2016, notwithstanding some economic recovery in Portugal, largely driven by improvement in consumer confidence, the reduction in unemployment and the major contribution of tourism, the mobility of economic agents took its time in showing any signs of recovery having the company transported 829 thousand passengers less (2,5%) than in the previous year. Overall, the greatest fall occurred in the first few months of the year having demand stabilised at the end of the first half. In the second half, with the onset of summer, there was a slight recovery in demand, particularly in the last few months of the year. The restoration of the public service offer also proved decisive, with an implementation rate of nearly 100% in the second half of the year after a slightly patchy period owing to fleet unavailability.

For the second consecutive year, and supported by the low expected value for the inflation rate in 2015, the Government did not carry out a tariff increase at the beginning of January 2016. This fact associated with the evolution of the demand resulted that public service revenues in 2016 were 0,9% lower than in the previous year.

2016 proved particularly demanding in terms of the transition to the New Regime for the Public Passenger Transport Service (RJSPTP) and all the information pertaining to the 195 TST routes had to be uploaded to the SIGGESC portal (stops, journeys, timetables and tariffs) in accordance with that set out in the new legal regime.

Estes conteúdos são objeto de atualização sistemática decorrentes das imposições legais do novo regulamento 1003/2016, relativamente a alterações de oferta, e de harmonia com as orientações da AML. Neste contexto, têm sido executados todos os procedimentos inerentes à legalização do sistema de carreiras, através da plataforma referida.

A área comercial de alugueres em 2016 confirmou as dificuldades de crescimento sentida em anos anteriores, tendo-se verificado um decréscimo de receitas de 3,3% face ao ano anterior, sendo o maior volume explicado pela redução dos serviços extraordinários de alguns contratos fixos.

Os serviços regulares de transporte de trabalhadores a empresas, estiveram estáveis mantendo os clientes habituais a fidelidade aos serviços da TST. A qualidade do serviço prestado assim como a continuação da prática de preços concorrenciais, permitiu à empresa aumentar o seu proveito/km nos serviços fixos em 3,1% face ao ano anterior.

Ao nível da oferta de serviço público e na sequência da evolução de procura verificada, empresa realizou alguns ajustamentos durante o primeiro semestre, tendo reduzido a oferta neste período num total de 250 mil kms (menos 2,4%). Com a recuperação da procura sentida durante o segundo semestre, a empresa estabilizou a oferta de kms tendo terminado o ano com menos 1,2% kms realizados do que no ano anterior.

Na área de manutenção, devido à situação anómala de avarias de órgãos mecânicos principais (motores e caixas de velocidade) sentida no primeiro semestre de 2016 e à redução de efetivos ocorrida em 2016, não foi possível manter o nível de imobilização oficial adequado ao integral cumprimento dos serviços por parte do Centro Operacional. No segundo semestre, a contratação de pessoal, o recurso à subcontratação e o aumento pontual do valor de stock permitiram a inversão da situação e a consequente redução da imobilização oficial.

Destacamos ainda a alteração significativa ocorrida no serviço de pneus onde pela primeira vez o abastecimento de pneus foi contratualizado num sistema ppk (pago por Km).

Relativamente ao consumo de gasóleo, apesar do benefício obtido com o reforço do Eco-TST, a elevada taxa de imobilização parcial de frota ocorrida principalmente no primeiro semestre de 2016, levou à utilização de recurso de viaturas da área comercial para a realização de serviço público tendo desta forma penalizado as médias de consumo por viatura que subiram 3,3% face ao previsto no início do ano.

Na manutenção de edifícios e instalações, o investimento em 2015 em equipamentos que visavam a redução do consumo de eletricidade e o reaproveitamento e tratamento de água da lavagem de autocarros veio a verificar-se benéfico tendo a empresa em 2016 reduzido o consumo médio de água por viatura em 22,7% e o consumo médio de eletricidade por viatura em 8,4%.

These contents are subject to systematic updating deriving from the legal requirements of the new regulation 1003/2016 as regards supply alterations and pursuant to AML guidelines. In this context, all the procedures have been carried out inherent in the legalisation of the routes' system through the aforementioned platform.

The commercial area of private hire in 2016 confirmed the growth difficulties experienced in previous years and there was a fall in revenue of 3,3% compared with the previous year. The larger volume can be put down to the reduction in extraordinary services in some fixed contracts.

The regular services providing the transport of workers to companies were stable, with habitual clients maintaining their loyalty to TST services. The quality of the service rendered as well as the continued practice to offer competitive prices allowed the company to achieve a year-on-year increase in its income/km from fixed services of 3,1%.

As regards the public service offer and further to the evolution in demand observed, the company made some adjustments during the first half, having reduced its supply in this period by a total of 250 thousand km (down 2,4%). With the recovery in demand experienced during the second half, the company stabilised the offer of kms, having ended the year with 1,2% km less than in the previous year.

In the maintenance area, owing to the irregular situation of breakdowns in major units (engines and gearboxes) experienced in the first half of 2016 and the reduction in permanent staff occurring in 2016, it did not prove possible to maintain the appropriate level of immobilisation for repairs in order to fully comply with the services by the Operations' Centre. In the second half, the hiring of staff, the use of outsourcing and the occasional increase in the stock value allowed a reversal in the situation and an attendant reduction in immobilisation for repairs.

We should also highlight the major alteration in the tyre service where, for the first time, the supply of tyres was contractualized in a ppk system (payment per Km).

As regards diesel consumption, despite the benefit obtained with the increase in Eco-TST, the high rate of fleet immobilisation which occurred mainly in the first half of 2016, led to the use of recourse to vehicles from the commercial area to carry out the public service, thereby exacerbating the average consumption per vehicle which registered a year-on-year increase of 3,3%.

As regards the maintenance of buildings and premises, investment in 2015 in equipment which was geared towards a reduction in electricity consumption and the reuse and treatment of the water used for washing the buses ended up providing beneficial and in 2016 the company reduced the mean consumption of water per vehicle by 22,7% and the mean consumption of electricity per vehicle by 8,4%.



Em 2016, na Área de Aprovisionamentos foi introduzido o conceito "Fornecedores Críticos do Negócio", na avaliação de fornecedores o que veio permitir a focalização num grupo restrito de fornecedores obtendo-se assim maior valor acrescentado deste processo.

Adicionalmente, teve início a implementação de uma nova solução informática de Gestão Visual da Manutenção nas oficinas, denominada "VAP", que visa facilitar o controlo dos trabalhos oficiais, o acompanhamento em tempo real das viaturas prontas, o controlo das viaturas à espera de peças e o controlo da Imobilização pelos vários níveis responsáveis na empresa.

Na área de serviço ao cliente, continuou a apostar-se na implementação do Portal Viva nas escolas para o carregamento dos títulos de transportes aos alunos e na venda de títulos em ATM, canais alternativos para aquisição dos títulos de transporte mensais que continuam a captar o interesse dos clientes.

Nas lojas de Apoio ao Cliente, importa destacar o início do primeiro serviço de elaboração de cartões VivaViagem na hora, na região de Lisboa, disponível na loja de Cacilhas desde dezembro de 2016 e que se revelou um sucesso junto dos clientes. Adicionalmente, no final de 2016, foi disponibilizada nos terminais dos postos de venda uma nova versão de software certificada pela Autoridade Tributária, permitindo assim a partir de 26 de dezembro a emissão de fatura certificada ao cliente no ato da compra.

O website da TST continua a constituir o canal de comunicação mais importante com os clientes, motivo pelo qual se tem dedicado uma especial atenção no sentido de se promover a sua atualização e melhoramento. Em 2016 voltou a bater-se novo record de consultas, com um total de 2,622,557, o que, representa um crescimento de 15,2% face a 2015.

A informação ao público constitui um dos alicerces da nossa atividade. Em 2016 continuou a ação no sentido de reforçar a informação no terreno, designadamente a informação em terminais e paragens e os painéis de informação em tempo real.

Na área da fiscalização, em 2016, manteve-se o esforço de intensificar as ações de fiscalização, apesar da redução do efetivo. Nesse sentido, foram fiscalizadas 5,8% das circulações em 2016, contra 5,4% em 2015.

Durante o ano de 2016 foi efetuado um inquérito geral de satisfação de clientes em moldes análogos ao de 2015, a fim de proporcionar resultados comparáveis. O resultado obtido de 6,2 ligeiramente inferior a 6,6 obtido em 2015 deveu-se no essencial à intermitência sentida na realização do serviço público durante o primeiro semestre consequência da elevada imobilização oficial.

In 2016, the Procurement Area introduced the concept "Business Critical Suppliers" for the evaluation of suppliers which allowed focusing on a restricted group of suppliers, thereby obtaining greater added value from this process.

In addition, the implementation of a new computing solution or Visual Maintenance Management commenced in the workshops, called "VAP", which sought to facilitate the monitoring of tasks at the workshops, the real-time monitoring of ready vehicles, the monitoring of vehicles waiting for parts and the monitoring of Immobilisation by the various levels responsible at the company.

In the customer service area, there was a continued drive towards the implementation of the Portal Viva at schools for the sale of transport tickets to students and the sale of tickets at ATMs, alternative channels for the acquisition of monthly transport tickets which are still attracting the interest of clients.

At the Customer Support Stores it is worth mentioning the start of the first service to make VivaViagem cards on the spot in the Lisbon region, available at the Cacilhas store as from December 2016 and which proved to be popular with customers. In addition, in late 2016 a new software version certified by the Tax Authority was provided at the POS terminals, thereby allowing as from December 26th the issuance of a certified invoice to the customer in the act of purchase.

The TST website still constitutes the most important communications' channel with customers which is why special attention has been paid to promoting its updating and improvement. In 2016 a new record number of consultations was recorded with a total of 2,622,557, representing growth of 15,2% compared with 2015.

Information to the public constitutes one of the foundations of our activity. 2016 saw continued action with a view to increasing information in the field, namely information at terminals and stops and information panels in real time.

In the inspection area, the effort was maintained in 2016 to step up inspection actions, despite the reduction in permanent staff. With this in mind, 5,8% of circulations were inspected in 2016, compared with 5,4% in 2015.

During 2016 a general customer satisfaction survey was implemented in a similar format to the 2015 one, in order to provide comparable results. The result achieved of 6.2, slightly down on the 6.6 obtained in 2015, can basically be put down to the intermittent performance achieved in terms of public service during the first half as a result of the high workshop immobilisation.



Desde janeiro de 2016 deu-se continuidade às campanhas de descontos nos bilhetes vendidos a bordo, em várias carreiras, que teve como objetivo incentivar a utilização do transporte público nas deslocações ocasionais, e a angariação de novos clientes, fomentando as opções de mobilidade nas áreas onde a TST atua.

Os festivais continuaram a assumir um papel relevante associados à época estival. Em 2016 a TST participou no Caparica Primavera Surf Fest, no Sumol Summer Fest, no Rosário Beach Party, no Festival MEO Sudoeste e no Festival Sol da Caparica, este último realizado em agosto.

O Festival Sol da Caparica assume um particular destaque, devido ao crescimento assinalado na sua projeção e adesão. Para além do transporte de passageiros importa salientar a vertente da publicidade e a aposta da organização na TST como parceiro na divulgação do evento, tendo este ano efetuado publicidade através dos ecrãs multimédia e da decoração integral de 2 autocarros convencionais e 1 descapotável.

A campanha das praias continua a ser uma das mais emblemáticas do universo TST, e uma oportunidade de afirmar de forma marcante a vantagem do transporte público face a outros modos alternativos, como o automóvel. Assim, em 2016 foi disponibilizado um conjunto de serviços direcionados às principais praias da nossa zona de atuação, designadamente a Costa de Caparica, Fonte da Telha, Sesimbra e Figueirinha.

Em termos globais, os serviços de praias em 2016 apresentaram um crescimento de 8,6% nos passageiros transportados, e um aumento de 15,3% nos proveitos. As condições climáticas muito favoráveis em 2016, a afetação dos autocarros descapotáveis, a intensificação de tarifários mais atrativos e as campanhas de marketing e comunicação associadas contribuíram de forma eficaz para a promoção dos serviços. Para 2017 está a ser estudada a possibilidade de servir novas praias, designadamente Albarquel, Arrábida e S. João.

Em 2016 a TST decidiu continuar a aposta na realização do serviço turístico entre o Marquês de Pombal e o Cristo Rei, realizado com autocarros descapotáveis e atravessando a Ponte 25 de Abril.

O assinalável êxito deste serviço em 2016, efetuado em parceria com a Cityrama, leva a que a aposta deva prosseguir no próximo ano, com algumas melhorias, designadamente alteração do percurso, de forma a passar pelo Aqueduto das Águas Livres.

Em 2016 verificou-se um acréscimo de passageiros de 351% e um crescimento das receitas de 374%, comparativamente a 2015.

A TST voltou a estar presente na abertura do novo ano universitário, através de um ponto de vendas na faculdade nova de Lisboa - Monte Caparica. A TST, à semelhança do

Since January 2016 has seen the continuation of the discount campaigns for tickets sold on board, on various routes, which set out to encourage the use of public transport for occasional journeys and the winning over of new customers, promoting mobility options in the areas in which TST acts.

The summer festivals continued to play a major role. In 2016 TST was involved in the Caparica Primavera Surf Fest, the Sumol Summer Fest, the Rosário Beach Party, the Festival MEO Sudoeste and the Festival Sol da Caparica, with the latter occurring in August.

The Festival Sol da Caparica was particularly relevant owing to the growth achieved in its projection and subscribers. In addition to passenger transport, it is worth stressing the advertising aspect and the commitment of the organisation in TST as a partner in the dissemination of the event and in that year advertising was provided on multimedia screens and the total decoration of 2 conventional buses and 1 open-top bus.

The beach campaign continued to be one of the most symbolic in the TST universe, constituting an opportunity to assert the advantage of public transport compared with other alternative modes such as the car. Hence, in 2016 a series of services was provided geared towards the main beaches of our operating area, namely Costa de Caparica, Fonte da Telha, Sesimbra and Figueirinha.

In global terms, the beach services in 2016 achieved growth of 8.6% in the passengers transported and a 15.3% increase in revenues. The highly favourable climatic conditions in 2016, the allocation of open-top buses, the wider range of more attractive pricing and the associated marketing and communication campaigns made an effective contribution to the promotion of the services. For 2017 the possibility is being studied of incorporating new beaches, namely Albarquel, Arrábida and S. João.

In 2016 TST decided to maintain its commitment to carrying out a tourist service between Marquês de Pombal and Cristo Rei, carried out with open-top buses and crossing the 25 de Abril bridge.

The noteworthy success of this service in 2016, carried out in partnership with Cityrama, means that this option is set to continue next year, with some improvements, namely the alteration in route so as to pass via the Aqueduto das Águas Livres.

In 2016 there was a 351% increase in passengers and growth in revenue of 374% compared with 2015.

TST was once again present at the opening of the new university year through a sales' outlet at the faculty "Faculdade nova de Lisboa" in Monte Caparica. TST, similarly to last year, was ready to produce cards on the spot, providing them

ano anterior, apresentou-se habilitado a produzir os cartões na hora, facultando-os de imediato aos novos clientes, facto que constituiu uma enorme vantagem e mais-valia para os interessados. O número de cartões elaborados representou um crescimento de 19% relativamente ao ano anterior.

Na área de recursos humanos em 2016, consolidou-se o projeto de Cultura Organizacional com particular enfoque nas áreas operacionais, reajustamento do modelo de atuação e responsabilidades, tendo como grande objetivo a otimização dos processos de trabalho, melhoria da comunicação interna e das relações interpessoais.

No âmbito da formação, foram desenvolvidas ações orientadas para a mudança e implementação de uma nova cultura assente em 3 aspetos fundamentais: Comunicação, Cooperação e Confiança. Com este projeto, pretendeu-se um maior envolvimento e motivação de todos os colaboradores numa aposta contínua na melhoria e empenho nos serviços que prestamos ao cliente.

Na área de Responsabilidade Social da Empresa, foram desenvolvidas internamente, iniciativas de apoio aos nossos colaboradores e suas famílias, em particular os casamentos e nascimentos dos filhos dos colaboradores e a atribuição do prémio para o melhor aluno do ano, igualmente para os filhos dos nossos colaboradores, e na vertente externa apoiadas diversas atividades e projetos na área social, cultural e também desportiva, junto de organizações e parceiros da nossa área de atuação.

Em 2016 a TST homenageou, pelo 4º ano consecutivo, os seus clientes com mais de 90 anos que utilizam passe mensal em Setúbal, oferecendo-lhes um passe gratuito válido para o ano de 2017. Esta iniciativa abrangeu 26 clientes e teve uma ampla cobertura por parte da comunicação social.

Este ano a campanha de Natal foi pensada no sentido de envolver colaboradores e clientes numa ação de solidariedade. Esta ação, desenvolvida em colaboração com a Entreejuda e o Banco de Bens Doados, consistiu na angariação de meias novas para entregar a instituições de solidariedade social da nossa área de atuação.

No que concerne às tecnologias de informação, a TST concluiu a implementação do 0365 para todos os colaboradores pertencentes às áreas operacionais e de manutenção e a respetiva atribuição de telemóveis com acesso à internet e à rede do 0365. Simultaneamente, foram instalados hotspots em 9 locais para acesso por wifi à rede 0365 o que permitiu o início da divulgação de notícias e informações através do Portal do 0365.

No âmbito do Sistema de Gestão Integrado, decorreu em outubro de 2016 a auditoria de acompanhamento em Qualidade e de renovação em Segurança, respetivamente segundo as normas ISO 9001 e OHSAS 18001, concluindo a APCER pela manutenção das respetivas certificações.

to new customers immediately and this proved to be a major advantage and benefit to the parties involved. The number of cards drawn up represented year-on-year growth of 19%.

In the field of human resources in 2016 the Organisational Culture project was consolidated, with particular emphasis on the operational areas, the readjustment of the operating model and responsibilities, with the major objective being the optimisation of work processes, the improvement in internal communication and interpersonal relations.

In terms of training, actions were developed which were geared towards change and the implementation of a new culture based on 3 fundamental aspects: Communication, Cooperation and Confidence. With this project, it was aimed to achieve the greater involvement and motivation of all employees in a continuous commitment to the improvement and commitment of the services we provide to the client.

In terms of the Corporate Social Responsibility, support initiatives were carried out internally for our employees and their families, in particular the marriages and births of the children of employees and the awarding of a prize to the best student in the year, also for the children of our employees, and externally various activities and projects were supported in the social, cultural and also sporting field with organisations and partners from our operating area.

In 2016 TST paid tribute, for the 4th year running, to its customers aged over 90 years' old who use a monthly pass in Setúbal, offering them a free pass valid for 2017. This initiative encompassed 26 customers and benefitted from extensive media coverage.

This year the Christmas campaign was designed with a view to involving employees and customers in a social welfare action. The latter was carried out in collaboration with Entreejuda and Banco de Bens Doados and it involved the collection of new socks to be handed over to social welfare institutions in our operating area.

As far as information technologies are concerned, TST completed the implementation of 0365 for all employees belonging to the operating and maintenance areas and the respective awarding of mobile phones with access to the internet and to the 0365 network. Concurrently, hotspots were installed in 9 sites for Wi-Fi access to the 0365 network which allowed the commencement of the dissemination of news and information through the 0365 Portal.

In the context of the Integrated Management System, in October 2016 there was an audit of the monitoring of Quality and renovation in Safety, respectively, in accordance with the standards ISO 9001 and OHSAS 18001, with APCER deciding to maintain the respective certifications.

Concluído o processo de implementação do Sistema de Gestão Ambiental, decorreu em dezembro de 2016 a auditoria de certificação segundo a norma ISO 14001, versão de 2015. A entidade certificadora considerou estarem reunidas as condições para atribuição da certificação em Ambiente.

A TST passou a ser uma empresa certificada em «Qualidade, Ambiente e Segurança», na totalidade das suas atividades e instalações.

Enquadrado na estratégia DB 2020, a equipa de dinamizadores internos para o Ambiente, continuou a formação e a sensibilização de todos os colaboradores nas boas práticas ambientais, utilizando os materiais disponibilizados ao nível do Grupo DB/Arriva pela campanha Destination Green.

Em 2016, a empresa apresentou um volume de negócios de € 43,4 milhões, 1,3% inferior ao ano anterior reflexo da redução do número de passageiros e do não aumento tarifário. Adicionalmente, as dificuldades sentidas na área da manutenção, juntamente com o aumento do ISP sentido logo no início de 2016, contribuíram para uma redução da Ebitda que em 2016 registou o valor de € 4 milhões positivos (2015: € 4.9 milhões). A Ebitda inclui a assunção de € 2,3 milhões baseados no valor da receita comercial por passageiro a atribuir pelo Estado como remuneração pela prestação do serviço público em 2016.

A nível operacional (resultados antes de encargos de financiamento e impostos) a empresa registou em 2016 um resultado operacional negativo de € 1,8 milhões, contra 26 milhares, também negativos, em 2015, tendo para tal contribuído, para além dos aspetos mencionados no parágrafo anterior, a amortização anual do Goodwill, no valor de € 1,3 milhões, reconhecida apenas em 2016, em virtude da alteração no normativo contabilístico nesta matéria.

O total do investimento realizado em 2016 foi de € 2,7 milhões (2015: €2,8 milhões) o que reflete sobretudo a aquisição de autocarros em segunda mão, no mercado externo, para renovação parcial da frota.

Os riscos financeiros mais relevantes a que a TST se encontra exposta são geridos globalmente pela função de tesouraria do Grupo DB, acionista único da TST. A política financeira do Grupo DB estabelece um conjunto de objetivos de gestão do risco de flutuação do preço do gasóleo e de flutuação de taxas de juro, entre outros riscos financeiros, que reduz o potencial de disrupção e liberta tempo para a gestão efetiva do negócio da empresa à luz da tendência de preços de médio longo prazo.

O Grupo DB segue uma política de financiamento interno às empresas do grupo pelo que o endividamento atual da TST é proveniente integralmente da casa-mãe. Além do crédito disponível junto do Grupo, a TST dispõe de linhas de crédito, não utilizadas durante 2016, em bancos locais que considera relevantes na gestão da dívida e do risco de liquidez de curto e médio longo prazo.

Having completed the process to implement the Environmental Management System, December 2016 saw the carrying out of an audit of certification in accordance with the standard ISO 14001, 2015 version. The certification entity considered the conditions had been met for the awarding of Environmental certification.

TST became a company certified in «Quality, the Environment and Safety» in all its activities and premises.

As part of the DB 2020 strategy, the team of internal drivers for the Environment continued the training and raising awareness of all employees in good environmental practices, deploying the materials provided in terms of the DB Group/Arriva for the Destination Green campaign.

In 2016 the company achieved turnover of € 43.4 million, 1.3% down on the previous year as a result of the reduction in the number of passengers and the fact that tariffs were not increase. In addition, the difficulties experienced in the maintenance area, along with the increase in the ISP experienced right at the start of 2016, contributed to a reduction in Ebitda which in 2016 registered € 4million positive (2015: € 4.9 million). The Ebitda includes the assumption of € 2.3 million based on the value of the commercial revenue per passenger to be awarded by the State as remuneration for the rendering of the public service in 2016.

In operating terms (earnings before interests and taxes) the company registered an operating loss of € 1.8 million.

Total investment in 2016 stood at € 2,7 million (2015: €2,8 million), reflecting, first and foremost, the acquisition of second-hand buses on the foreign market, to partial renewal of the fleet.

The most relevant financial risks to which TST is exposed are generally managed by the treasury function of the DB Group, the sole shareholder of TST. The financial policy of the DB Group sets an array of targets in terms of the management of the risk of the fluctuation in the price of diesel and the fluctuation in interest rates, amongst other financial risks, which reduces the potential for disruption and frees up time for the effective management of company business in light of the medium and long-term pricing trend.

The DB group follows an internal financing policy for group companies meaning that the current debt of TST derives fully from the parent company. In addition to the credit available from the Group, TST has credit facilities, that were not used during 2016, at local banks which it deems relevant for management of the debt and the liquidity risk in the short, medium and long-term.

Encontra-se ainda incluído no plano de auditoria interna do Grupo DB, a auditoria às atividades, sistemas e processos da instituição que permitem avaliar a adequação e a eficácia dos vários sistemas de controlo interno implementados, de acordo com as boas práticas internacionais e o normativo estabelecido para o Grupo.

2 | PERSPETIVAS FUTURAS

Após dois anos consecutivos sem aumento tarifário, a orientação dada pelo Governo às empresas de serviços de transporte público para 2017 foi o de uma atualização tarifária de 1,5%. Em 2016, a inflação manteve-se num nível muito baixo (0,6%), mas foi superior à de 2015. Para 2017, as projeções apontam para que a inflação acelere para 1,6% refletindo a recuperação esperada dos preços dos bens energéticos.

Em 2017, as famílias vão poder deduzir à coleta do IRS um montante equivalente a 100% do IVA suportado na aquisição de passes mensais. Perspetiva-se também que a partir do ano letivo 2017/2018 os estudantes universitários até aos 23 anos possam vir a aceder a um desconto sobre o valor do passe mensal de 25% sem condição de recurso.

A subida do ISP no início de 2017 em mais dois cêntimos por litro veio consolidar o aumento iniciado em 2016.

O regime de gasóleo profissional para o transporte de mercadorias, foi alargado a todo o país a partir de 1 de janeiro de 2017. O Governo continua para já a afastar a hipótese desta medida abranger também os transportadores de passageiros, sendo esta uma das aspirações legítimas do sector que vê nesta decisão do Governo um tratamento diferenciado a nível interno e um caso único na Europa.

Neste regime, o gasóleo profissional tem um desconto de 13 cêntimos face ao gasóleo "normal" e pretende igualar os preços praticados em Espanha.

Salienta-se que as projeções para a economia portuguesa apontam para a continuação da recuperação gradual da economia portuguesa, com um crescimento do PIB de 1,8% em 2017 e de 1,7% em 2018, acima do projetado pela Comissão Europeia (1,6% e 1,5%, respetivamente) e próximo da previsão para a Zona Euro (1,6% e 1,8% respetivamente).

A evolução prevista, deverá ser resultado de um forte crescimento das exportações de bens e serviços, que continuarão a ser a componente da procura global com maior contributo para o crescimento da atividade económica. Em termos de componentes, quer as exportações de bens quer de serviços deverão evoluir favoravelmente em 2017, prevendo-se que o turismo mantenha um elevado dinamismo, sendo um dos sectores que mais contribui para a recuperação da economia portuguesa.

Also included in the internal audit plan of the DB Group is the auditing of the activities, systems and processes of the institution which allow the adaptation and effectiveness of the various internal control systems implemented in accordance with good international practices and the standards set for the Group.

2 | FUTURE PROSPECTS

After two years running without any increase in tariffs, the guideline provided by the Government to public transport service companies for 2017 was that of tariff increase of 1,5%. In 2016 inflation remained at a very low level (0,6%), but it was higher than that of 2015. For 2017 projections point towards an increase in inflation to 1,6% bearing testimony to the expected recovery in the prices of energy goods.

In 2017 families will be able to deduct for personal income tax purposes an amount equivalent to 100% of the VAT paid when acquiring monthly passes. It is also envisaged that as from the academic year of 2017/2018 university students aged under 23 years' old will be able to benefit from a discount on the value of the monthly pass of 25% without any further social subsidy discounts.

The rise in the ISP at the start of 2017 by more than two cents per litre duly consolidated the increase which had started in 2016.

The professional diesel regime for goods' transport was extended nationwide as from January 1st 2017. For the time being the Government is still ruling out the possibility of this measure also covering passenger transport companies and this is one of the legitimate aspirations of the sector which sees this Government decision as unequal treatment at a domestic level and a unique case in Europe.

Under this regime professional diesel has a discount of 13 cents compared with "normal" diesel and it intends to match the prices charged in Spain.

It should be stressed that the projections for the Portuguese economy point towards the continued gradual recovery in the Portuguese economy, with growth in GDP of 1.8% in 2017 and of 1.7% in 2018, above that planned by the European Commission (1.6% and 1.5%, respectively) and close to the forecast foreseen for the Euro Zone (1.6% and 1.8% respectively).

The anticipated evolution must be the upshot of strong growth in exports of goods and services which shall continue to be the component of global demand which makes the greatest contribution to the growth in economic activity. In terms of components, both exports of goods and of services are set to record favourable growth in 2017 and it is envisaged that tourism will maintain great buoyancy, being one of the sectors that has contributed most to the recovery of the Portuguese economy.

A assinatura do um memorando de entendimento entre o Governo e a ANA – Aeroportos de Portugal para a construção do novo aeroporto no Montijo abre perspectivas interessantes de novos investimentos na região e novas necessidades mobilidade associadas.

Inserido na área geográfica onde a TST opera, este novo desafio perspectiva-se que venha a beneficiar não só Montijo e Alcochete, mas também toda a Península de Setúbal e toda a Área Metropolitana de Lisboa, contribuindo para uma nova etapa no desenvolvimento da margem sul.

Foi publicado em Diário da República em setembro de 2016 o decreto-lei que fixa as regras para a implementação de serviços de transporte público de passageiros flexível (TPF) ou “Transporte a pedido”. Integrado no Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), este serviço público pretende assumir-se como complementar aos outros serviços de transporte, designadamente oferecer acessibilidade nas zonas isoladas e dispersas. A utilização de transportes flexíveis representa também uma oportunidade como forma de alimentação das linhas regulares já existentes, integrando cada vez mais o meio rural e as periferias com os grandes centros urbanos.

Num contexto económico em que a inovação e a utilização de tecnologias de informação e de comunicação estão a romper com os modelos de negócio tradicionais e a afetar de forma disruptiva vários sectores de atividade e em particular o sector da mobilidade, é imperativo continuar focado na prestação de um serviço de qualidade ao melhor preço possível, atento à evolução dos hábitos de mobilidade dos consumidores sem descuidar o controlo rigoroso dos custos do serviço.

3 | REFERÊNCIAS

O Conselho de Administração agradece o contributo prestado por todos quantos colaboraram para o desenvolvimento da atividade da empresa, designadamente clientes, fornecedores, consultores, instituições financeiras e demais entidades públicas e privadas.

A Administração expressa também o seu reconhecimento aos colaboradores da empresa, cujo esforço, dedicação e competência contribuíram para os resultados alcançados neste exercício.

Por fim agradece ao acionista o reconhecimento pelo incentivo, acompanhamento e apoio demonstrado ao longo do corrente ano.

The signing of a memorandum of understanding between the Government and ANA – Aeroportos de Portugal for the construction of the new airport in Montijo opens up interesting prospects in terms of new investments in the region and the new associated mobility requirements.

As part of the geographic area where TST operates, this new challenge is set to benefit not only Montijo and Alcochete, but also the whole of the Setubal Peninsula and all the Área Metropolitana de Lisboa, contributing to a new stage in the development of Lisbon southside.

September 2016 saw the publication in the Diário da República (Statute Book) the statute law that lays down the rules for the implementation of flexible public passenger transport services (TPF) or “Transport on request”. As part of the Legal Regime for the Public Passenger Transport Service (RJSPTP), this public service is intended to complement the other transport services, namely offering accessibility in isolated and dispersed areas. The use of flexible transport also represents an opportunity as a way of feeding the already existing regular lines, increasingly integrating the rural area and the outskirts with the major urban centres.

Against an economic backdrop in which innovation and the use of information and communication technologies are doing away with traditional business models and disrupting various activity sectors and in particular the mobility sector, it is vital to keep focused on the rendering of a quality service at the best possible price, bearing in mind the evolution in the mobility habits of consumers, without neglecting the strict control of service costs.

3 | REFERENCES

The Board of Directors is grateful for the contribution provided by everyone involved in the carrying out of company activity, to wit the customers, suppliers, consultants, financial institutions and other public and private entities.

The Board would also like to express its gratitude to the employees of the company whose efforts, dedication and competence have contributed to the results achieved in this financial year.

Finally, it would like to thank the shareholder for the incentive, monitoring and support it has shown during the course of the year.

4 | PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com os Estatutos da Empresa, propomos que o Resultado Líquido Negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de € 2.149.841,83, seja transferido para Resultados Transitados.

Laranjeiro, 31 de março de 2017

4 | PROPOSED DISTRIBUTION OF EARNINGS

Under the terms of paragraph f), no. 5, article 66 of the Trading Enterprises' Code and in compliance with the Company Articles of Association, we do hereby propose that the Net Loss for the financial year closing on December 31st, 2016, for the sum of € 2,149,841.83, should be transferred to Earnings Carried Forward.

Laranjeiro: March 31st 2017

A ADMINISTRAÇÃO / THE BOARD

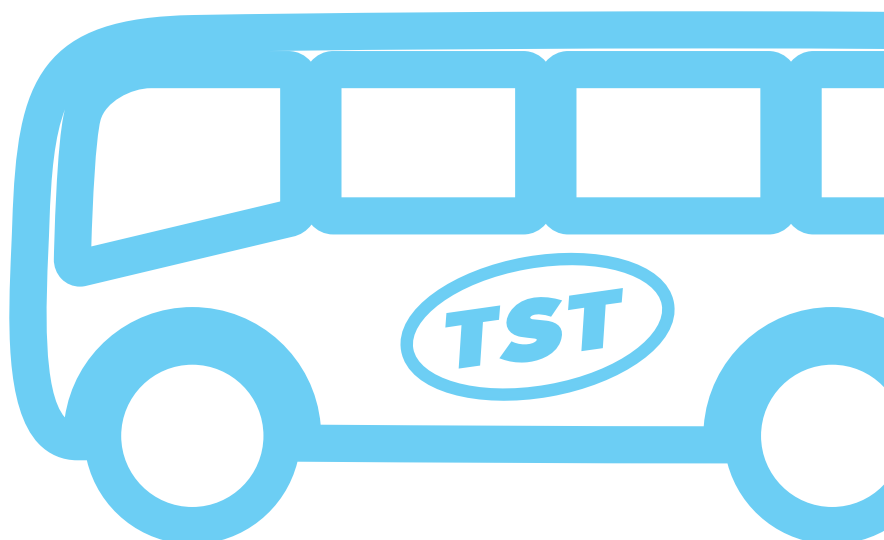
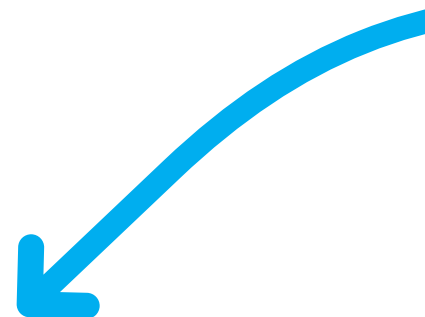
Marco Giovanni Piuri (Presidente / *Chairman*)

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimas

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos



3 | DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS



3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS



BALANÇO

ATIVO	NOTAS	Períodos findos em 31 de dezembro	
		2016	2015
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	19 888 076,11	21 643 627,00
Ativos intangíveis	7	12 748 594,00	14 183 561,31
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	27 209,38	39 077,64
Outros investimentos financeiros	8	119 829,12	119 829,12
Créditos a receber		87 750,14	78 571,43
Ativos por impostos diferidos	9	1 737 352,17	1 497 529,30
		34 608 810,92	1 773 350,89
Corrente			
Inventários	10	246 483,38	273 854,91
Clientes	11	1 400 391,43	1 595 543,87
Estado e outros entes públicos	12	510 690,01	629 111,75
Outras créditos a receber	13	10 474 549,69	8 163 542,20
Diferimentos	14	126 743,66	147 501,61
Caixa e depósitos bancários	4	703 153,43	1 632 462,38
		13 462 011,60	12 442 016,72
Total do ativo		48 070 822,52	50 280 034,11
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	15	5 719 810,00	5 719 810,00
Outros instrumentos de capital próprio	15	6 250 000,00	6 250 000,00
Reservas legais	15	1 410 437,11	1 410 437,11
Resultados transitados		414 407,45	919 600,44
Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	16	1 152 646,86	1 383 150,86
Resultado líquido do período		(2 149 841,83)	(373 368,99)
Total do capital próprio		12 797 459,59	15 309 629,42
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	17	634 613,90	549 611,29
Financiamentos obtidos	18	5 801 400,00	6 374 200,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	21	457 076,12	501 788,00
Outras dívidas a pagar	20	2 634 639,41	2 739 831,41
		9 527 729,43	10 165 430,70
Corrente			
Provisões	17	4 000 000,00	3 750 000,00
Fornecedores	19	3 814 488,42	3 286 394,40
Adiantamentos de clientes		2 160,33	2 084,82
Estado e outros entes públicos	12	1 023 864,73	1 004 994,65
Financiamentos obtidos	18	12 072 800,00	11 522 800,00
Outras dívidas a pagar	20	4 256 734,48	4 640 624,03
Diferimentos	14	575 585,54	598 076,09
		25 745 633,50	24 804 973,99
Total do passivo		35 273 362,93	34 970 404,69
Total do capital próprio e do passivo		48 070 822,52	50 280 034,11

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016.

A ADMINISTRAÇÃO

Marco Giovanni Piuri (presidente)
Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimarães
Luís de Almada Guedes Machado
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS



BALANCE SHEET

		Period ended 31st December 2016	
ASSETS		2016	2015
Non-Current			
Tangible fixed assets	6	19 888 076,11	21 643 627,00
Intangible assets	7	12 748 594,00	14 183 561,31
Investments - Equity method	8	27 209,38	39 077,64
Other financial investments	8	119 829,12	119 829,12
Loans granted		87 750,14	78 571,43
Deferred tax assets	9	1 737 352,17	1 497 529,30
		34 608 810,92	1 773 350,89
Current			
Inventories	10	246 483,38	273 854,91
Trade debtors	11	1 400 391,43	1 595 543,87
State and other public entities	12	510 690,01	629 111,75
Other receivables	13	10 474 549,69	8 163 542,20
Deferrals	14	126 743,66	147 501,61
Cash and bank deposits	4	703 153,43	1 632 462,38
		13 462 011,60	12 442 016,72
Total assets		48 070 822,52	50 280 034,11
EQUITY			
Share capital	15	5 719 810,00	5 719 810,00
Supplementary	15	6 250 000,00	6 250 000,00
Legal reserves	15	1 410 437,11	1 410 437,11
Retained earnings		414 407,45	919 600,44
Other variations in equity	16	1 152 646,86	1 383 150,86
Net result for the period		(2 149 841,83)	(373 368,99)
Total equity		12 797 459,59	15 309 629,42
LIABILITIES			
Non-current			
Provisões	17	634 613,90	549 611,29
Financiamentos obtidos	18	5 801 400,00	6 374 200,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	21	457 076,12	501 788,00
Outras dívidas a pagar	20	2 634 639,41	2 739 831,41
		9 527 729,43	10 165 430,70
Corrente			
Provisions	17	4 000 000,00	3 750 000,00
Trade creditors	19	3 814 488,42	3 286 394,40
Advances from clients		2 160,33	2 084,82
State and other public entities	12	1 023 864,73	1 004 994,65
Borrowings	18	12 072 800,00	11 522 800,00
Other payables	20	4 256 734,48	4 640 624,03
Deferrals	14	575 585,54	598 076,09
		25 745 633,50	24 804 973,99
Total liabilities		35 273 362,93	34 970 404,69
Total equity and liabilities		48 070 822,52	50 280 034,11

The accompanying notes are an integral part of the balance sheet for the period ended 31 December 2016

THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (president)
Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimarães
Luís de Almada Guedes Machado
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos findos em 31 de dezembro	
		2016	2015
Serviços prestados	22	41 129 204,19	41 663 052,99
Subsídios à exploração	23	2 250 842,17	2 310 404,43
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas a empreendimentos conjuntos	8	63 777,79	60 381,03
Trabalhos para a própria entidade	24	114 997,43	154 483,66
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	(10 934 466,40)	(11 333 918,24)
Fornecimentos e serviços externos	25	(7 363 900,11)	(6 486 833,96)
Gastos com o pessoal	26	(21 754 220,03)	(22 232 646,82)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(2 595,94)	2 000,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11, 13	6 122,70	(149 504,59)
Provisões (aumentos/reduções)	17	(447 884,94)	(158 392,30)
Outros rendimentos e ganhos	27	1 498 487,97	1 526 736,73
Outros gastos	28	(539 487,18)	(412 165,57)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 020 877,65	4 944 597,36
 Gastos/reversões de depreciação e de amortização	 6, 7	 (5 775 552,44)	 (4 971 422,41)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1 754 674,79)	(26 825,05)
 Juros e gastos similares suportados	 29	 (284 661,14)	 (336 226,94)
Resultado antes de impostos		(2 039 335,93)	(363 051,99)
 Imposto sobre o rendimento do período	 30	 (110 505,90)	 (10 317,00)
Resultado líquido do período		(2 149 841,83)	(373 368,99)
 Resultado por ação básico		 (1,88)	 (0,33)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2016.

A ADMINISTRAÇÃO

Marco Giovanni Piuri (presidente)
Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimarães
Luís de Almada Guedes Machado
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS



PROFIT AND LOSS STATEMENT

		Period ended 31st December 2016	
REVENUES AND COSTS	NOTAS	2016	2015
Services rendered	22	41 129 204,19	41 663 052,99
Subsidies	23	2 250 842,17	2 310 404,43
Gains/losses allocated to subsidiaries, joint ventures and associated	8	63 777,79	60 381,03
Capitalization of own costs	24	114 997,43	154 483,66
Cost of goods sold	10	(10 934 466,40)	(11 333 918,24)
External services	25	(7 363 900,11)	(6 486 833,96)
Staff costs	26	(21 754 220,03)	(22 232 646,82)
Impairment of inventories (losses/reversals)	10	(2 595,94)	2 000,00
Impairment of receivables (losses/reversals)	11, 13	6 122,70	(149 504,59)
Provisions (increases/decreases)	17	(447 884,94)	(158 392,30)
Other operating revenues and gains	27	1 498 487,97	1 526 736,73
Other operating costs and losses	28	(539 487,18)	(412 165,57)
Profit before depreciations, financial costs and taxes		4 020 877,65	4 944 597,36
Costs/reversals of depreciations and amortizations	6, 7	(5 775 552,44)	(4 971 422,41)
Operating profit (before financial costs and taxes)		(1 754 674,79)	(26 825,05)
Interests and similar expenses	29	(284 661,14)	(336 226,94)
Profit before tax		(2 039 335,93)	(363 051,99)
Income tax for the period	30	(110 505,90)	(10 317,00)
Net profit for the period		(2 149 841,83)	(373 368,99)
Earnings per share		(1,88)	(0,33)

The accompanying notes are an integral part of the profit and loss statement for the period ended 31 December 2016.

THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (president)
Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimarães
Luís de Almada Guedes Machado
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
EM 1 DE JANEIRO DE 2015		5 719 810,00	6 250 000,00	1 410 437,11	1 779 740,23	1 697 032,35	(860 139,79)	15 996 879,90
Alterações no período								
Subsídio ao investimento	16	-	-	-	-	(467 520,02)	-	(467 520,02)
Ajustamento a subsídio (efeito fiscal)						153 638,53		153 638,53
Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2014		-	-	-	(860 139,79)	-	860 139,79	-
		-	-	-	(860 139,79)	(313 881,49)	860 139,79	(313 881,49)
Resultado líquido do período							(373 368,99)	(373 368,99)
Resultado integral							(373 368,99)	(373 368,99)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	15, 16	5 719 810,00	6 250 000,00	1 410 437,11	919 600,44	1 383 150,86	(373 368,99)	15 309 639,42
EM 1 DE JANEIRO DE 2016		5 719 810,00	6 250 000,00	1 410 437,11	919 600,44	1 383 150,86	(373 368,99)	15 309 639,42
Alterações no período								
Subsídio ao investimento	16	-	-	-	-	(467 520,00)	-	(467 520,00)
Ajustamento a subsídio (efeito fiscal)	16	-	-	-	(131 824,00)	237 016,00	-	105 192,00
Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2015		-	-	-	373 368,99	-	373 368,99	-
		-	-	-	(505 192,99)	(230 504,00)	373 368,99	(362 328,00)
Resultado líquido do período							(2 149 841,83)	(2 149 841,83)
Resultado integral							(2 149 841,83)	(2 149 841,83)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	15, 16	5 719 810,00	6 250 000,00	1 410 437,11	414 407,45	1 152 646,86	(2 149 841,83)	12 797 459,59

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2016.

A ADMINISTRAÇÃO

Marco Giovanni Piuri (presidente)
Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimarães
Luís de Almada Guedes Machado
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

EQUITY STATEMENT

	NOTES	SHARE CAPITAL	SUPPLEMENTARY	LEGAL RESERVES	RETAINED RESERVES	OTHER VARIATION IN EQUATITY	NET RESULTS FOR THE EQUITY	TOTAL OF EQUITY
BALANCE AT 1 JANUARY 2015		5 719 810,00	6 250 000,00	1 410 437,11	1 779 740,23	1 697 032,35	(860 139,79)	15 996 879,90
Investment subsidy	16	-	-	-	-	(467 520,02)	-	(467 520,02)
Fiscal effect on investment subsidy						153 638,53		153 638,53
Application of the net profit for the period ended 31 December 2014		-	-	-	(860 139,79)	-	860 139,79	-
Profit/(loss) for the period					(860 139,79)	(313 881,49)	860 139,79	(313 881,49)
Comprehensive income							(373 368,99)	(373 368,99)
BALANCE AS AT 31 DECEMBER 2015	15, 16	5 719 810,00	6 250 000,00	1 410 437,11	919 600,44	1 383 150,86	(373 368,99)	15 309 639,42
BALANCE AT 1 JANUARY 2016		5 719 810,00	6 250 000,00	1 410 437,11	919 600,44	1 383 150,86	(373 368,99)	15 309 639,42
Movements in the year								
Investment subsidy	16	-	-	-	-	(467 520,00)	-	(467 520,00)
Fiscal effect on investment subsidy	16	-	-	-	(131 824,00)	237 016,00	-	105 192,00
Application of the net profit for the period ended 31 December 2015		-	-	-	373 368,99	-	373 368,99	-
Profit/(loss) for the period					(505 192,99)	(230 504,00)	373 368,99	(362 328,00)
Comprehensive income							(2 149 841,83)	(2 149 841,83)
BALANCE AS AT 31 DECEMBER 2016	15, 16	5 719 810,00	6 250 000,00	1 410 437,11	414 407,45	1 152 646,86	(2 149 841,83)	12 797 459,59

The accompanying notes are an integral part of the profit and loss statement for the period ended 31 December 2016.

THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (president)
Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimarães
Luís de Almada Guedes Machado
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

NOTAS	Períodos findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	45 443 444,72	46 545 436,80
Pagamentos a fornecedores	(22 932 378,12)	(22 790 433,44)
Pagamentos ao pessoal	(21 861 366,76)	(22 442 883,25)
Caixa gerada pelas operações	649 699,84	1 312 120,11
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(120 498,69)	(103 838,00)
Outros recebimentos/pagamentos	1 351 639,17	1 287 353,94
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)	1 880 840,32	2 495 636,05
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(2 848 818,08)	(2 276 650,29)
Ativos Intangíveis	-	(3 044,25)
	(2 848 818,08)	(2 279 694,54)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	123 000,00	57 649,38
	123 000,00	57 649,38
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)	(2 725 818,08)	(2 222 045,16)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	2 750 000,00	3 700 000,00
Outras operações de financiamento	35 183,16	67 556,49
	2 785 183,16	3 767 556,49
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(2 772 800,00)	(2 972 800,00)
Juros e gastos similares	(96 714,35)	(355 935,64)
	(2 869 514,35)	(3 328 735,64)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)	(84 331,19)	438 820,85
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	(929 308,95)	712 411,74
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 632 462,38	920 050,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período	703 153,43	1 632 462,38

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2016.

A ADMINISTRAÇÃO

Marco Giovanni Piuri (presidente)
António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimarães
Luís de Almada Guedes Machado
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

CASH FLOW STATEMENT

NOTES	Period ended 31 December	
	2016	2015
Cash Flow from operating activities		
Received from customers	45 443 444,72	46 545 436,80
Payed to suppliers	(22 932 378,12)	(22 790 433,44)
Payed to staff	(21 861 366,76)	(22 442 883,25)
Cash generated from operations	649 699,84	1 312 120,11
Income tax paid/received	(120 498,69)	(103 838,00)
Other receivements/payments	1 351 639,17	1 287 353,94
Net cash flows from operating activities (1)	1 880 840,32	2 495 636,05
Cash flow from investment activities		
Payments related to:		
Tangible fixed assets	(2 848 818,08)	(2 276 650,29)
Intangible assets	-	(3 044,25)
	(2 848 818,08)	(2 279 694,54)
Received from:		
Investment related subsidies	123 000,00	57 649,38
	123 000,00	57 649,38
Net cash flow from investment activities (2)	(2 725 818,08)	(2 222 045,16)
Cash flow from financing activities		
Received from:		
Borrowings	2 750 000,00	3 700 000,00
Other financing operations	35 183,16	67 556,49
	2 785 183,16	3 767 556,49
Payments related to:		
Borrowings	(2 772 800,00)	(2 972 800,00)
Interests and similar expenses	(96 714,35)	(355 935,64)
	(2 869 514,35)	(3 328 735,64)
Net cash flow from financing activities (3)	(84 331,19)	438 820,85
Cash variation and its equivalents (1 + 2 + 3)	(929 308,95)	712 411,74
Foreign exchange effects equivalents	-	-
Cash and its equivalents in the beginning of the period	1 632 462,38	920 050,64
Cash and its equivalents and the end of the period	703 153,43	1 632 462,38

The accompanying notes are an integral part of the statement of cash flows for the period ended 31

THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (president)
Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimarães
Luís de Almada Guedes Machado
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira



4 | Anexo às Demonstrações Financeiras

FINANCIAL STATEMENTS



4 | ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Finantial Statements



1 | INTRODUÇÃO

A T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA, [referida neste documento como “TST”, ou “Empresa”) com sede na Rua Marcos Portugal, Laranjeiro, 2810-260 Almada, foi constituída por escritura pública, em janeiro de 1995, então com a denominação de SOGESTRA – Gestão e Inovação de Transportes, SA. A Empresa tem por objeto principal o transporte de passageiros em autocarros.

No exercício de 2001 verificou-se a fusão, por incorporação, das Empresas Gestitrans – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, Covas & Filhos, Lda. e Transro – Gestão Operacional de Transportes, Lda. na TST.

A TST é detida integralmente pela Arriva Transportes da Margem Sul, SA com sede igualmente na Rua Marcos Portugal, Laranjeiro, 2810-260 Almada, faz parte de um dos maiores grupos internacionais de transportes de passageiros, a Deutsche Bahn AG.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2017. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da TST, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2 | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO D E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 | BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas nos termos do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e Portaria 220/2015 de 24 de julho, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) publicadas no aviso do Ministério das Finanças números 8256/2015 e 8258/2015, ambos de 16 de julho de 2015, que constituem no seu conjunto o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

O SNC foi alterado, em julho de 2015, com a publicação dos diplomas indicados acima, com aplicação prática ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2016. A aplicação destes diplomas originou os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras da empresa:

- O Goodwill passou a ser amortizado por um período de 10 anos;
 - O capital apresentado passou a ser capital subscrito e não capital realizado;
 - A rubrica “Adiantamentos a fornecedores” passou a ser considerada na rubrica “Outros créditos a receber”
- A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.20.

2.2 | DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras não existiram quaisquer situações que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 | COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Decorrente das alterações introduzidas pelo do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e Portaria 220/2015 de 24 de julho que teve aplicação ao período iniciado em 1 de janeiro de 2016, conforme referido na nota 2.1., o Goodwill passou a ser amortizado no período da sua vida útil, a qual se estima em cerca de 10 anos, o que implicou um impacto negativo no Resultado líquido do exercício de 2016 em cerca de €1.329 milhares.

3 | PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa com base no SNC e NCRF.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 | CONVERSÃO CAMBIAL

As demonstrações financeiras da TST e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional).

3.2 | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, para os ativos fixos tangíveis mais significativos:

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico dos ativos, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3 | ATIVOS INTANGÍVEIS

A Empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que refere que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A TST determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente:

(a) Goodwill resultante da diferença apurada no processo de fusão realizado no exercício de 2001 (ver Nota 1 e 7), entre o valor de aquisição e os justos valores dos ativos e passivos das empresas objeto de fusão. Conforme referido nas notas 2.1 e 2.3 acima, este ativo intangível passou, a partir do exercício de 2016, a ser amortizado numa base de quotas constantes durante 10 anos;

(b) Obtenção do direito de utilização da marca “Arriva” por um período de 15 anos, com início em 1 de janeiro de 2006. Este ativo intangível, no valor de €2.300 milhares, é amortizado numa base de quotas constantes durante este período;

(c) Programas de computador. Os programas de computador são amortizados numa base de quotas constantes a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, pelo período de 3 anos.

3.4 | IMPARIDADE DE ATIVOS

A Empresa realiza os testes de imparidade no final de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5 | INVESTIMENTOS EM ENTIDADES ASSOCIADAS

Os investimentos em entidades associadas (participações iguais ou superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial, com os necessários ajustes para os justos valores dos ativos e passivos adquiridos. Subsequentemente, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício.

As restantes participações financeiras encontram-se registadas ao custo.

3.6 | INVENTÁRIOS

Os inventários referem-se a bens e materiais de consumo e são registados pelo valor de aquisição.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

3.7 | CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos possam não ser recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica de "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

3.8 | CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.9 | CAPITAL

O capital corresponde ao capital subscrito nos termos estatutários e que simultaneamente satisfaça a definição de instrumento de capital, no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

3.10 | PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) entre outros.

A empresa deve reconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguiu, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expirada.

3.11 | FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecido na demonstração

dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por um período de, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12 | IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento é registado na demonstração dos resultados, exceto quando está relacionado com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos pelo método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e as respetivas quantias escrituradas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos ativos por impostos diferidos ou na data de liquidação dos passivos por impostos diferidos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que sejam gerados lucros tributários futuros que permitam a utilização das diferenças temporárias geradas ou prejuízos fiscais dedutíveis. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre a totalidade das diferenças temporárias tributáveis.

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2005, a Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), de acordo com a legislação em vigor, integrando o grupo de empresas cuja sociedade dominante é a Arriva Investimentos SGPS, S.A. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto corrente sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa ótica individual, por contrapartida de uma conta a receber (crédito de imposto) / pagar da/à Arriva Investimentos SGPS, S.A.

Os impostos que a Empresa estima poder vir a recuperar no futuro, por via da dedução nos impostos que venham a ser apurados a nível do RETGS, são reconhecidos a título de crédito de imposto sob a forma de ativos por impostos diferidos.

3.13 | BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Empresa procede ao pagamento a colaboradores que se encontravam em situação de reforma à data em que a Empresa foi privatizada, de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social.



A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, a Empresa obtém de uma entidade independente, um estudo atuarial a 31 de dezembro de cada ano e ajusta a provisão de modo a cobrir integralmente as suas responsabilidades, sendo o gasto reconhecido na demonstração de resultados do período, na rubrica de "Gastos com o pessoal".

3.14 | PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação i) presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos para pagamento dessa obrigação; e iii) cujo montante possa ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação, utilizando-se para o efeito uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

3.15 | SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

A Empresa reconhece os subsídios e outras compensações recebidas do Estado Português pela prestação de serviço público de transporte de passageiros, ao seu justo valor, quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes), como rendimentos do exercício durante a vida útil dos ativos com os quais estão relacionados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.16 | LOCAÇÕES

As locações de ativos fixos tangíveis relativamente às quais a Empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de

uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais. Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de locação.

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa detém apenas bens adquiridos em regime de locação operacional.

3.17 | GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificados como tal.

3.18 | RÉDITO

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à prestação de serviços no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos atribuídos.

Os rendimentos relativos à venda de bilhetes (que não os vendidos a bordo dos autocarros) são reconhecidos no mês em que é concretizada a venda, por se entender ser esse o momento em que os benefícios económicos futuros associados à transação fluem para a Empresa.

Os rendimentos relacionados com as receitas da venda de passes a utilizar no período seguinte são reconhecidos no mês em que os serviços são prestados.

Os rendimentos relativos a alugueres são reconhecidos no período em que o serviço é prestado.

3.19 | MATÉRIAS AMBIENTAIS

A TST efetua a monitorização adequada das questões ambientais que resultem do desenvolvimento da sua atividade. Devido à atividade da Empresa, os riscos ambientais estão relacionados maioritariamente com a emissão de gases e gestão de resíduos (i.e. óleos). No entanto, não é expectável que dos mesmos decorram passivos ambientais significativos. Os encargos de carácter ambiental incorridos pela Empresa são, dependendo das suas características, capitalizados ou reconhecidos como gastos nos resultados operacionais do período em que são incorridos.

3.20 | PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato financeiro a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se consideram ser razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são:

ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

3.20.1 | ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por outras empresas do sector.

3.20.2 | IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à sua identificação e avaliação.

3.20.3 | PROVISÕES

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto do reconhecimento ou divulgação, tais como sinistros ocorridos. A determinação do grau de probabilidade de a Empresa vir a assumir quaisquer responsabilidades, bem como o montante de recursos necessários para o pagamento dessas obrigações exige a realização de análise e avaliação cuidadas.

3.20.4 | ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

A determinação e o registo de ativos por impostos diferidos nas demonstrações financeiras depende da capacidade da Empresa gerar, ela própria e a nível da aplicação do RETGS, lucros tributáveis futuros suficientes que permitam a materialização desses ativos, o que exige um melhor julgamento do Conselho de Administração

quanto à sua realização, suportada em orçamentos e previsões económicas, de médio e longo prazo, conservadores e razoáveis.

4 | FLUXOS DE CAIXA

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa", no balanço e para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	2016	2015
Numerário		
Caixa	137 203,81	78 760,40
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	565 949,62	1 553 701,98
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	703 153,43	1 632 462,38

A Empresa não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os exercícios apresentados.

5 | POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 | ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Em resultado da alteração do SNC, em 2015, procedeu-se à alteração da política contabilística relacionada com o reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis (NCRF 6), com impacto para a empresa a nível do reconhecimento da amortização do Goodwill a partir do exercício de 2016 (ver notas 2.1, 2.3 e 3.3).

5.2 | ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o período de apresentação das demonstrações financeiras de 2016, a Empresa não procedeu voluntariamente a alterações nas suas políticas e estimativas contabilísticas.

5.3 | ERROS MATERIAIS DE PERÍODOS ANTERIORES

Avaliação realizada pela Gestão às demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2016, não se traduziu na identificação de erros com referência aos períodos anteriores. Durante o período de apresentação das demonstrações financeiras de 2016, a Empresa não procedeu a alterações nas suas políticas e estimativas contabilísticas.

Avaliação realizada pela Gestão às demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2016, não se traduziu na identificação de erros com referência aos períodos anteriores.



6 | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Custo de Aquisição								
EM 1 DE JANEIRO DE 2015	2 977 898,98	6 947 788,80	49 293 842,17	510 603,70	618 311,74	4 338 669,96	2 893 097,29	67 580 212,64
Aquisições	-	122 204,97	1 053 038,01	191 070,45	5 623,51	106 107,90	1 190 358,87	2 668 403,71
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(15 110,00)	(3 303 435,26)	(82 176,93)	(102 920,40)	(178 817,76)	-	(3 682 460,35)
Transferências	-	401 990,91	1 179 922,91	-	26 209,51	551 069,26	(2 159 192,59)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2 977 898,98	7 456 874,68	48 223 367,83	619 497,22	547 224,36	4 817 029,36	1 924 263,57	66 566 156,00
Aquisições	-	-	549 251,40	41 800,00	51 978,33	57 718,02	1 901 594,09	2 602 341,84
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(12 711,86)	(2 718 365,37)	(21 891,90)	(12 470,00)	(13 698,50)	-	(2 779 137,63)
Transferências	-	-	1 040 204,28	-	-	754 067,29	(1 794 271,57)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2 977 898,98	7 444 162,82	47 094 458,14	639 405,32	586 732,69	5 615 116,17	2 031 586,09	66 389 360,21
Depreciações Acumuladas								
EM 1 DE JANEIRO DE 2015	-	4 151 218,48	35 649 213,65	459 486,07	554 546,26	2 942 437,97	-	43 756 902,43
Depreciações do exercício	-	260 252,39	3 940 476,95	64 255,62	53 358,10	477 951,04	-	4 796 294,10
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(5 287,77)	(3 275 874,67)	(67 766,93)	(102 920,40)	(178 817,76)	-	(3 630 667,53)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	-	4 406 183,10	36 313 815,93	455 974,76	504 983,96	3 241 571,25	-	44 922 529,00
Depreciações do exercício	-	260 252,39	3 370 912,82	68 581,01	29 019,16	549 955,80	-	4 270 354,38
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(12 711,86)	(2 640 155,44)	(21 891,90)	(12 470,00)	(4 370,08)	-	(2 691 599,28)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	-	4 645 356,83	37 044 573,31	502 663,87	521 533,12	3 787 156,97	-	46 501 284,10
Valor líquido em 31 de dezembro de 2015	2 977 898,98	3 050 691,58	11 909 551,31	163 522,46	42 240,40	1 575 458,11	1 924 263,57	21 643 627,00
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	2 977 898,98	2 798 805,99	10 049 884,83	136 741,45	65 199,57	1 827 959,20	2 031 586,09	19 888 076,11

Os valores da rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso" referem-se aos seguintes projetos:

	2016	2015
Equipamento básico - viaturas em preparação	1 715 117,52	1 040 204,28
Obras em edifícios e outras construções	77 667,71	318 056,33
Gisfrota	33 500,00	33 500,00
Outros ativos fixos tangíveis		
Iluminação p/equipamento	83 071,36	289 419,45
Depósitos gasóleo	50 000,00	137 487,86
Pórtico de lavagem	48 887,50	82 253,65
Outros	23 342,00	23 342,00
	2 031 586,09	1 924 263,57

As aquisições ocorridas no exercício de 2016 correspondem, fundamentalmente, à compra de autocarros para renovação da frota, no valor de € 2.264 milhares.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos resultados, pela sua totalidade.

7 | ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos intangíveis bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	GOODWILL	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Custo de aquisição						
EM 1 DE JANEIRO DE 2015	13 290 166,10	15 000,00	51 382,03	2 407 018,97	59 380,00	15 822 947,10
Aquisições	-	-	2 475,00	-	87 357,80	89 832,80
Transferências	-	-	63 146,55	-	(63 146,55)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	13 290 166,10	15 000,00	117 003,58	2 407 018,97	83 591,25	15 912 779,90
Aquisições	-	-	3 389,00	-	66 841,75	70 230,75
Transferências	-	-	(51 382,03)	51 382,03	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	13 290 166,10	15 000,00	69 010,55	2 458 401,00	150 433,00	15 983 010,65
Amortizações acumuladas						
EM 1 DE JANEIRO DE 2015	-	15 000,00	51 382,03	1 487 708,26	-	1 554 090,28
Amortizações do exercício	-	-	21 871,67	153 256,64	-	175 128,31
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	-	15 000,00	73 253,70	1 640 964,90	-	1 729 218,59
Amortizações do exercício	1 329 016,58	-	23 001,48	153 180,00	-	1 505 198,06
Transferências e abates	-	-	(51 382,03)	51 382,03	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1 329 016,58	15 000,00	44 873,15	1 845 526,93	-	3 234 416,65
Valor líquido em 31 de dezembro de 2015	13 290 166,10	-	43 749,88	766 054,88	83 591,25	14 183 561,31
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	11 961 149,52	-	24 137,40	612 874,07	150 433,00	12 748 594,00

Até 31 de dezembro de 2015, o Goodwill não era amortizado, estando sujeito a testes de imparidade, numa base anual. A partir de 1 de janeiro de 2016, o Goodwill passou a ser amortizado por um período de 10 anos (ver notas 2.1, 2.3 e 3.3).

TESTE DE IMPARIDADE AO GOODWILL

Com a alteração ao SNC, deixou de ser obrigatório a realização de teste anual de imparidade ao Goodwill, na medida em que este passou a ser objeto de amortização (ver nota 3.3). A exigência do teste de imparidade ocorre apenas quando há indícios de imparidade à data do balanço. Embora seja convicção da Administração que não há indícios de imparidade à data do balanço, foi realizado teste de imparidade tal como em anos anteriores.

Para efeitos do teste, o valor recuperável do ativo (unidade geradora de caixa) foi determinado com base no valor de uso, através do apuramento dos fluxos de caixa descontados para a data presente – abordagem do rendimento, pelo método do Free Cash Flow to Firm – os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócios, com base no plano de negócios preliminar da Gestão para o período de 2017 a 2021, tendo para o efeito sido utilizados os seguintes elementos e pressupostos:

– Para os fluxos de caixa estimados para o período de 2017 a 2021 a Empresa utilizou o plano de negócios preliminar a 5 anos;

– Considerada uma vida finita de 30 anos nos cash flows descontados, por se considerar ser esse o período médio dos contratos de concessão estabelecidos para as empresas do Grupo onde a TST está inserida.

– A taxa de desconto utilizada foi de 8% (2015: 8%);

8 | INVESTIMENTOS EM ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS E ASSOCIADAS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nas rubricas de Participações Financeiras foi o seguinte:

	Método de equivalência patrimonial	Custo de aquisição
Participações financeiras		
EM 1 DE JANEIRO DE 2015	20 991,98	119 829,12
Aquisições	-	-
Método de equivalência patrimonial	18 085,66	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	39 077,64	119 829,12
Aquisições	-	-
Método de equivalência patrimonial	(11 868,26)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	27 209,38	119 829,12
Valor líquido em 31 de dezembro de 2015	39 077,64	119 829,12
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	27 209,38	119 829,12

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos financeiros:

2016					
	SEDE	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO	% DETIDA	QUANTIA ESCRITURADA
Subsidiárias (ao custo de aquisição)					
Otlis, ACE	Lisboa	1 358 089,98	478 257,96	14,28	47 118,86
Salvador Caetano, SA	Porto	n.d.	n.d.	0,70	61 825,00
Ameseixal	Seixal	178 886,16	1 614,96	-	906,90
Ageneal	Almada	314 136,44	50 724,40	-	8 978,36
S.Energia Barreiro e Moita	Moita	n.d.	n.d.	-	1 000,00
					119 829,12
Associadas (pelo método de equivalência patrimonial)					
Rodinform, SA	Lisboa	136 046,91	(70 012,32)	20,00	27 209,38
2015					
	SEDE	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO	% DETIDA	QUANTIA ESCRITURADA
Subsidiárias (ao custo de aquisição)					
Otlis, ACE	Lisboa	1 409 354,40	529 522,38	14,28	47 118,86
Salvador Caetano, SA	Porto	n.d.	n.d.	0,70	61 825,00
Ameseixal	Seixal	171 271,20	363,49	-	906,90
Ageneal	Almada	263 412,04	11 810,29	-	8 978,36
S.Energia Barreiro e Moita	Moita	n.d.	n.d.	-	1 000,00
					119 829,12
Associadas (pelo método de equivalência patrimonial)					
Rodinform, SA	Lisboa	206 059,23	1 764,85	20,00	39 077,64

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa reconheceu como perda na demonstração dos resultados, na rubrica "ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos", a quota-parte do resultado apurado pela Otlis, ACE, em 2016, referente ao exercício de 2015, no montante de € 75.646,05 (2015: lucro de €42.295,37).

9 | ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
	2016		2015	
	BASE	IMPOSTO DIFERIDO	BASE	IMPOSTO DIFERIDO
Perdas por imparidade e provisões				
Ajustamento de dívidas de clientes e outros devedores e outras provisões	1 218 839,71	274 238,93	1 332 148,47	299 733,41
Indemnizações compensatórias	4 000 000,00	900 000,00	3 750 000,00	843 750,00
Prejuízos fiscais do exercício de 2012	176 373,35	37 038,40	1186 181,10	354 098,03
Prejuízos fiscais do exercício de 2014	563 225,33	118 277,32	804 607,62	168 967,60
Prejuízos fiscais do exercício de 2015	356 006,18	74 761,30	508 580,25	106 801,85
Prejuízos fiscais do exercício de 2016	1 585 886,74	333 036,22	-	-
	7 900 331,31	1 737 352,17	7 581 517,44	1 773 350,89

O impacto dos movimentos, em balanço, na rubrica de Ativos por impostos diferidos, ocorridos para os exercícios apresentados, foi como segue:

IMPACTO DOS MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DE IMPOSTOS DIFERIDOS		
	2016	2015
	Activos por impostos diferidos	
EM 1 DE JANEIRO	1 773 350,89	1 706 265,33
Movimentos do exercício		
Impacto na demonstração de resultados		
Perdas de imparidade e provisões	30 755,53	(39 716,29)
Prejuízos fiscais	(66 754,25)	106 801, 85
Alteração de taxa	-	-
	(35 998,72)	67 085,56
EM 31 DE DEZEMBRO	1 737 352,17	1 773 350,89

10 | INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	2016	2015
Bens e materiais de consumo	251 483,38	278 854,91
Imparidade de inventários	(5 000,00)	(5 000,00)
	346 483,38	273 854,91

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 das perdas por imparidade de inventários apresentam-se como segue:

	2016	2015
EM 1 DE JANEIRO	5 000,00	7 000,00
Movimentos do período		
Aumentos	2 595,94	5 000,00
Reversões	-	(7 000,00)
Por resultado	2 595,94	(2 000,00)
EM 31 DE DEZEMBRO	5 000,00	5 000,00
Aumentos	(2 595,94)	-
Reversões	(2 595,94)	-

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi apurado como segue:

Bens e materiais de consumo		
	2016	2015
Saldo inicial	278 854,91	330 459,26
Compras	10 912 579,22	11 283 455,76
Regularizações	(5 484,35)	(1 141,87)
Saldo final	(251 483,38)	(278 854,91)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10 934 466,40	11 333 918,24z

11 | CLIENTES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a decomposição da rubrica de Clientes é como segue:

2016			
	SALDO BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE	SALDO LIQUIDO
Dívidas correntes			
Clientes gerais	1 400 391,43	-	1 400 391,43
Clientes de cobrança duvidosa	102 932,54	(102 932,54)	-
	1 503 323,97	(127 281,44)	1 400 391,43
2015			
	SALDO BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE	SALDO LIQUIDO
Dívidas correntes			
Clientes gerais	1 595 543,87	-	1 595 543,87
Clientes de cobrança duvidosa	108 469,94	(108 469,94)	-
	1 704 013,81	(108 469,94)	1 595 543,87

Clientes gerais: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes dos serviços de transporte prestados no âmbito da atividade da Empresa.

A evolução registada nos períodos apresentados das perdas por imparidade acumuladas de clientes é como segue:

	2016	2015
EM 1 DE JANEIRO	108 469,94	127 281,44
Movimentos do período		
Efeito na demonstração dos resultados		
Reforços	8 200,50	-
Reversões	(13 737,90)	(2 670,00)
	(5 537,40)	(2 670,00)
Efeito no balanço		
Utilizações		(16 141,50)
	-	(16 141,50)
EM 31 DE DEZEMBRO	102 932,54	108 469,94

Para os períodos apresentados não existem diferenças significativas entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12 | ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de impostos a liquidar e a receber decompõem-se como segue:

	2016	2015
Ativos correntes		
Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA")		
A recuperar	195 269,55	342 771,83
Reembolsos pedidos	315 420,46	285 093,51
Fundos de Compensação	-	1 246,41
	510 690,01	629 111,75
Passivos correntes		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas		
Singulares ("IRS")	303 386,34	295 179,55
Contribuições para a Segurança Social	706 478,39	695 615,10
Outros impostos	14 000,00	14 200,00
	1 023 864,73	1 004 994,65

13 | OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber é como segue:

	2016			
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	IMPARIDADES	TOTAL
Adiantamentos a pessoal				
Pessoal	58 668,82	-	-	58 668,82
Outros devedores				
Indemnizações Compensatórias-Passes multimodais (1)	9 074 010,13	-	-	9 074 010,13
Compensações Passe 4_18 e Sub_23 e Social+ (2)	187 766,64	-	-	187 766,64
Empresas intervenientes no sistema de passes multimodais (3)	616 867,49	-	(589 465,12)	27 402,37
Seguradoras (4)	79 425,68	-	-	79 425,68
Empresas de Grupo (5)	263 499,43	-	-	263 499,43
Outros (6)	1 167 428,43	-	(383 651,81)	783 776,62
	11 388 997,80	-	(973 116,93)	10 415 880,87
	11 447 666,62	-	(973 116,93)	10 474 549,69
	2015			
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	IMPARIDADES	TOTAL
Adiantamentos a pessoal				
Pessoal	76 245,39	-	-	76 245,39
Outros devedores				
Indemnizações Compensatórias-Passes multimodais (1)	6 823 167,95	-	-	6 823 167,95
Compensações Passe 4_18 e Sub_23 e Social+ (2)	174 020,30	-	-	174 020,30
Empresas intervenientes no sistema de passes multimodais (3)	644 752,56	-	(589 465,12)	55 287,44
Subsídio PAII - Compensação passes terceira idade (4)	56 237,24	-	-	56 237,70
Seguradoras (5)	271 934,70	-	-	271 934,70
Empresas do Grupo (6)	1 119 193,87	-	(412 544,69)	706 649,18
Outros (7)	9 089 306,62	-	(1 002 009,81)	8 087 296,81
	9 165 552,01	-	(1 002 009,81)	8 163 542,20

(1) O saldo da rubrica de Indemnizações compensatórias diz respeito à compensação financeira e repartição das receitas do multimodal a receber do Estado, pela obrigação tarifária imposta pelos preços sociais dos títulos de transporte, referentes aos anos de 2014 a 2016. Para efeitos de comparabilidade e transparência das demonstrações financeiras, não estando em causa a continuação do apoio financeiro a receber do Estado pela prestação do serviço público de transporte, foi decidido registar em 2016, tal como efectuado nos exercícios anteriores, a compensação financeira estimada a receber do Estado, determinada com base nas tarifas comerciais estimadas pela Empresa, no número de validações de títulos extraídos do sistema de bilhética sem contato e nos valores já recebidos do Estado.

(2) O valor de € 187.766,64 é respeitante à comparticipação a receber do Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT), pelo desconto efectuado no segundo semestre de 2016 nos passes 4_18 e Sub_23 para estudantes e Social+, destinados a agregados familiares com rendimentos reduzidos.

(3) Os valores registados na rubrica de Empresas intervenientes no sistema de passes da região de Lisboa referem-se a valores relativos aos encontros de contas a efetuar entre os diversos operadores relativamente às receitas dos passes multimodais e combinados.

(4) O montante de € 79.425,68 registado na rubrica de Seguradoras reflete os custos estimados com a reparação de viaturas sinistradas cujos gastos são suportados pelas Companhias de Seguros.

(5) O valor a receber de Empresas do Grupo, corresponde a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") (PEC), entregues à Arriva Investimentos, SGPS, por via da aplicação do RGTES (ver Nota 3.12), no montante de € 248.708,67, e a facturação emitida à Arriva PLC no valor de € 14.790,76.

(6) O saldo da rubrica de Outros devedores inclui fundamentalmente (i) o valor de € 311.533 relativo a prestação de serviços de publicidade nos autocarros, o qual de acordo com a NCRF 12 se encontra em imparidade e (ii) valores a receber de agentes no montante de € 482.810,22, referentes à venda de passes realizada na última semana de 2016 e disponíveis para uso somente no período seguinte. O rendimento associado aos mesmos foi diferido em balanço em 31 de dezembro de 2016 (ver Nota 14).

A evolução registada nos exercícios das perdas por imparidade acumuladas de Outras contas a receber é como segue:

	2016	2015
EM 1 DE JANEIRO	1 002 009,81	860 258,72
Movimentos do período		
Reversão	(585,30)	(3 200,00)
Aumento	-	155 374,59
Por Resultado	(585,30)	152 174,59
Utilização	(28 307,58)	(10 423,50)
Por balanço	(28 307,58)	(10 423,50)
EM 31 DE DEZEMBRO	973 116,93	1 002 009,81

Para os períodos apresentados não existem diferenças significativas entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14 | DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Empresa tem registado nas rubricas de "Diferimentos", no ativo e no passivo, os seguintes saldos:

	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Rendas pagas	66 670,00	72 796,88
Seguros pagos	26 720,46	27 050,02
Outros gastos a reconhecer	33 353,20	34 959,30
	126 743,66	134 806,20
Rendimentos a reconhecer		
Titulos TST	575 585,54	598 076,09
	575 585,54	598 076,09

A natureza dos gastos a reconhecer refere-se a serviços pagos antecipadamente, os quais respeitam a mais do que um período económico.

Os rendimentos a reconhecer dizem respeito a passes sociais vendidos, cuja utilização será efetuada no período seguinte. Parte da receita com a venda de passes sociais vendidos pelos agentes nos últimos dias de dezembro de 2016, no montante de € 482.810,22, foi recebida apenas no período seguinte (ver Nota 13).

15 | CAPITAL E RESERVAS LEGAIS

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.143.962 ações com o valor nominal de 5 euros, cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2016 é como segue:

Entidade	%	VALOR
Arriva Transportes da Margem Sul, SA	100%	5 719 810,00
	100%	5 719 810,00

Reservas legais

Nos termos da lei, a Empresa deve constituir reservas legais num montante mínimo de 20% do capital. Nos períodos apresentados as reservas legais (€1.410.437) já representam mais de um quinto do capital realizado, pelo que a Empresa não está obrigada a efetuar qualquer reforço das mesmas. Estas reservas só poderão ser utilizadas para aumentar capital ou compensar prejuízos.

Prestações acessórias

A Assembleia Geral realizada em 22 de outubro de 2012, deliberou que a acionista única efetuasse prestações acessórias, no montante de € 6.250.000. Foi ainda decidido que a obrigação de entrega desse montante fosse sanada por compensação com o valor a pagar pela Empresa à acionista, de igual montante, correspondente aos dividendos atribuídos e não pagos àquela data.

16 | OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica “Outras variações no capital próprio” refere-se aos movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respeitantes aos subsídios recebidos do Governo e relacionados com ativos fixos tangíveis:

SUBSÍDIOS DO GOVERNO		2016				
SUBSÍDIO	MONTANTE ATRIBUÍDO	MONTANTE RECEBIDO	MONTANTE POR RECEBER	RÉDITO DO PERÍODO (ver nota 27)	SUBSÍDIO POR RECONHECER	
Subsídios relacionados com ativos:						
Para aquisição de frota	460 000,00	460 000,00	-	20 625,04	21 034,27	
Para aquisição de equipamento de bilhética	2 585 513,76	2 585 513,76	-	323 189,31	1 265 825,00	
Para aquisição de equipamento de informação ao cliente em tempo real	1 065 570,00	1 065 570,00	-	123 705,67	200 427,00	
Outros	246 582,47	246 582,47	-	-	-	
	4 357 666,23	4 357 666,23	-	467 520,02	1 487 286,27	
Ajustamentos a subsídios (efeito fiscal futuro) (ver Nota 20)					(334 639,41)	
					1 152 646,86	
Variação do ano					(230 504,00)	
		2015				
SUBSÍDIO	MONTANTE ATRIBUÍDO	MONTANTE RECEBIDO	MONTANTE POR RECEBER	RÉDITO DO PERÍODO (ver nota 27)	SUBSÍDIO POR RECONHECER	
Subsídios relacionados com ativos:						
Para aquisição de frota	460 000,00	460 000,00	-	20 625,04	41 659,79	
Para aquisição de equipamento de bilhética	2 585 513,76	2 585 513,76	-	323 189,31	1 589 013,72	
Para aquisição de equipamento de informação ao cliente em tempo real	1 065 570,00	1 065 570,00	-	123 705,67	324 132,76	
Outros	246 582,47	246 582,47	-	-	-	
	4 357 666,23	4 357 666,23	-	467 520,02	1 954 806,27	
Ajustamentos a subsídios (efeito fiscal futuro) (ver Nota 20)					(571 655,41)	
					1 383 150,86	
Variação do ano					(313 881,49)	

A variação no ano desta rubrica inclui um efeito positivo de € 132 milhares, transferidos de resultados transitados, correspondente ao efeito fiscal sobre a parte do subsídio reconhecida como ganhos em exercícios anteriores.

17 | PROVISÕES

A evolução das provisões para os períodos apresentados, é como segue:

	Corrente			Não corrente			
	Indemnizações compensatórias	Outras provisões	Total	Franquias	Outras provisões	Total	Total
EM 1 DE JANEIRO DE 2015	3 750 000,00	-	3 750 000,00	472 873,24	90 000,00	562 873,24	4 312 392,24
Movimentos de período							
Impacto na demonstração dos resultados							
Aumentos	-	-	-	236 792,77	66 599,53	303 392,30	303 392,30
Reversões	-	-	-	(145 000,00)	-	(145 000,00)	(145 000,00)
	-	-	-	91 792,77	66 599,53	158 392,30	158 392,30
Utilizações	-	-	-	(125 054,72)	(46 599,53)	(171 654,25)	(171 654,25)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3 750 000,00	-	3 750 000,00	439 611,29	110 000,00	549 611,29	4 299 611,29
EM 1 DE JANEIRO DE 2016	3 550 000,00	-	3 750 000,00	439 611,29	110 000,00	549 611,29	4 299 611,29
Movimentos do período							
Impacto na demonstração dos resultados							
Aumentos	-	250 000,00	250 000,00	272 116,92	15 768,02	287 884,94	537 884,94
Reversões	-	-	-	(90 000,00)	-	(90 000,00)	(90 000,00)
	-	250 000,00	250 000,00	182 116,92	15 768,02	197 884,94	447 884,94
Utilizações	-	-	-	(97 114,31)	(15 768,02)	(112 882,33)	(112 882,33)
	-	250 000,00	250 000,00	85 002,61	-	85 002,61	335 002,61
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3 750 000,00	250 000,00	4 000 000,00	524 613,90	110 000,00	634 613,90	4 634 613,90

Considerando a incerteza existente relativamente aos valores finais a receber pela Empresa, relativamente às indemnizações compensatórias e repartição das receitas do multimodal relacionadas com o serviço público de transporte de passageiros (ver Nota 13), embora considere ter direito à totalidade do valor, a Administração decidiu, numa base de prudência, registar uma provisão no montante de €3.750.000 (2015: €3.750.000), para cobrir parte da compensação estimada receber referente ao período entre 2014 e 2016.

Dado que se prevê i) a clarificação da metodologia aplicada e ii) o apuramento dos valores finais a pagar pelo Estado durante o ano de 2017, a provisão foi classificada no passivo corrente e mensurado pelo valor nominal.

18 | FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos Financiamentos obtidos no final dos exercícios apresentados, é como segue:

A maturidade dos empréstimos não correntes é a seguinte:

	2016	2015		2016	2015
Não corrente			Não corrente		
Outros financiamentos - empresas do grupo	5 801 400,00	6 374 200,00	1 e 2 anos	1 872 800,00	2 272 800,00
	5 801 400,00	6 374 200,00	2 e 3 anos	1 616 100,00	1 472 800,00
			3 e 4 anos	1 530 000,00	1 216 100,00
			4 e 5 anos	682 500,00	1 130 000,00
			mais de 5 anos	100 000,00	282 500,00
				5 801 400,00	6 374 200,00
Corrente					
Outros financiamentos - empresas do grupo	12 072 800,00	11 522 800,00			
	12 072 800,00	11 522 800,00			

19 | FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as rubricas de Fornecedores apresentavam a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	2016	2015
Fornecedores gerais	3 725 092,14	3 196 125,23
Fornecedores grupo (ver nota 34)	78 451,67	32 289,52
Fornecedores - faturas em recepção e conferência	10 944,61	57 979,65
	3 814 488,42	3 286 394,40

20 | OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe das rubricas de Outras dívidas a pagar é como segue:

		2016		
		CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Fornecedores investimentos				
Fornecedores gerais	i)	629 135,23	-	629 135,23
Fornecedores grupo (ver Nota 3.3 e 3.4)		- 2 300 000,00	2 300 000,00	
		629 135,23	2 300 000,00	2 929 135,23
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a pagar	ii)	2 850 642,50	-	2 850 642,50
Outras contas a pagar	iii)	171 449,87	334 639,41	506 089,28
		3 022 092,37	334 639,41	3 356 731,78
Empresas do Grupo				
		119 312,50	-	119 312,50
		119 312,50	-	119 312,50
Credores diversos				
	iv)	486 194,38	-	486 194,38
Outras contas a pagar		4 256 734,48	629 135,23	6 891 373,89

		2015		
		CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Fornecedores investimentos				
Fornecedores gerais	i)	1 104 433,83	-	1 104 433,83
Fornecedores grupo (ver Nota 3.3 e 3.4)		- 2 300 000,00	2 300 000,00	
		1 104 433,83	2 300 000,00	3 404 433,83
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a pagar	ii)	2 900 715,48	-	2 900 715,48
Outras contas a pagar	iii)	109 954,61	439 831,41	549 786,02
		3 010 670,09	439 831,41	3 450 501,50
Empresas do Grupo				
		77 402,56	-	77 402,56
		77 402,56	-	77 402,56
Credores diversos				
	iv)	448 117,55	-	448 117,55
Outras contas a pagar		4 640 624,03	2 739 831,41	7 380 455,44

i) Fornecedores gerais - saldo referente à aquisição de bens e serviços relacionados com ativos fixos tangíveis, nomeadamente viaturas, obras em edifícios e outras construções, instalação de equipamentos e outros ativos.

ii) Remunerações a pagar - passivo corrente - refere-se a férias, subsídio de férias, prémios e outras remunerações e respetivos encargos sociais que se vencem para pagamento no período seguinte.

iii) Outras contas a pagar - credores diversos por acréscimos de gastos. O saldo registado no passivo não corrente, no valor de €334.639 (2015: €439.831), corresponde ao ajustamento a subsídios de investimento relacionados com o efeito fiscal futuro.

iv) Credores diversos - compreende, fundamentalmente, valores a pagar a empresas intervenientes na venda de passes multimodais e combinados e regularizações de trabalhos relacionados com sinistros de viaturas.

21 | RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Conforme referido na Nota 3.13, a Empresa tem a responsabilidade de pagar pensões de reforma a trabalhadores que se encontravam na situação de reforma à data da sua privatização. As responsabilidades e os correspondentes gastos anuais são determinados com base em estudos atuariais realizados por uma entidade especializada, tendo sido utilizados os seguintes pressupostos e metodologia de cálculo:

	2016	2015
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento de fundo	1,20%	2,50%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Número de pagamentos de rendas	13 vezes ao ano	
Metodologia de cálculo das pensões em pagamento	rendas vitalícias imediatas	

	2016	2015
Obrigações no balanço de pensões	457 076,12	501 788,00
Gastos na demonstração dos resultados de pensões (ver Nota 26)	17 164,69	87 695,76

22 | VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados dos períodos apresentados é detalhado como segue:

	2016	2015
Serviços regulares de transporte de passageiros		
Bilhetes	13 405 582,78	13 412 022,12
Passes sociais	21 542 445,33	21 886 992,58
Serviços de aluguer de autocarros de passageiros	5 987 480,26	6 184 510,88
Outros	193 695,82	180 527,41
	41 129 204,19	41 664 052,99

23 | SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Esta rubrica compreende fundamentalmente à estimativa de compensações a receber do Estado, pela prestação de serviço público de transporte de passageiros, no montante de €2.250.842 (2015: €2.310.404) (ver Nota 13).

24 | TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA

Esta rubrica compreende trabalhos efetuados nas oficinas da Empresa relacionados com a preparação de viaturas de transportes de passageiros, adquiridos em estado de uso, com vista à sua utilização na atividade corrente. Em 31 de dezembro de 2016 o montante desta rubrica ascende a € 114.997 (2015: € 154.484).

25 | FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com Fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2016	2015
Subcontratos (i)	59 159,10	16 185,78
Serviços especializados		
Conservação e reparação	2 773 375,65	2 007 308,67
Trabalhos especializados (ii)	723 439,69	619 270,67
Comissões	356 272,96	360 645,55
Vigilância e segurança	221 008,39	208 020,17
Publicidade e propaganda	76 609,80	63 022,34
Honorários	36 904,08	42 510,60
	4 077 610,57	3 300 758,00
Materiais		
Energia e fluidos	205 057,41	240 683,18
Deslocações, estadas e transportes	70 832,37	62 552,28
Serviços diversos		
Rendas e alugueres (iii)	1 108 641,75	1 093 871,76
Portagens	714 457,53	712 906,24
Seguros	591 709,18	505 591,18
Limpeza, higiene e conforto	182 239,25	168 988,19
Comunicação	107 489,24	167 470,27
	2 704 536,95	2 648 827,64
Outros	246 703,71	217 827,08
	7 363 900,11	6 486 833,96

i) Subcontratos: referem-se ao afretamento de autocarros para efetivação de serviços de aluguer.

ii) Trabalhos especializados: valores pagos pela Empresa por serviços de assistência técnica, auditoria, informática (processamento de dados e desenvolvimento de aplicações), qualidade e comunicação e imagem.

iii) Rendas: referem-se ao pagamento de rendas das seguintes instalações:

- Centro de Manutenção de Setúbal
- Centro Operacional de Setúbal
- Centro Operacional de Almada

26 | GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal incorridos durante os exercícios de 2016 e 2015 foram como segue:

	2016	2015
Remunerações		
Administração	376 126,23	414 593,62
Pessoal	17 025 347,61	16 944 159,36
	17 401 473,84	17 358 752,98
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	3 940 438,92	3 930 584,28
Indemnizações por cessação trabalho	73 000,00	583 000,00
Pensões (ver Nota 21)	17 164,69	87 695,76
Gastos de ação social	49 228,21	51 279,29
Outros	272 914,37	221 334,51
	4 352 746,19	4 873 893,84
	21 754 220,03	22 232 646,82

O número médio de empregados da Empresa em 2016 foi de 973 (2015: 1.004)

27 | OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A rubrica de Outros rendimentos operacionais apresenta-se como segue:

	2016	2015
Rendimentos suplementares	417 989,66	429 616,14
Sinistros com viaturas	342 385,93	382 577,35
Utilização do subsídio ao investimento (ver Nota 16)	467 520,00	467 520,02
Ganhos em alienação de ativos tangíveis	67 490,07	46 568,60
Descontos de pronto pagamento	40 268,27	24 060,03
Outros rendimentos	162 831,97	176 394,59
	1 498 485,90	1 526 736,73

Os Rendimentos Suplementares em 31 de dezembro de 2016 compreendem, fundamentalmente, os encargos debitados a terceiros (Grupo DB) no valor de €174.380,77, as cedências de combustível (€90.771,87), anúncios de publicidade (€59.270,90) e rappel (€40.268,27).

Os Outros rendimentos em 31 de dezembro de 2016 dizem respeito, essencialmente, aos juros de mora relacionados com dívidas de entidades públicas (câmaras municipais), no valor de € 30.175,45 e reconhecimento do proveito relativo a multas de agente único, no valor de €70.000,00.

28 | OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

O detalhe da rubrica de outros custos operacionais é apresentado como segue:

	2016	2015
Correções relativas a exercícios anteriores	55 191,00	13 249,62
Multas fiscais, não fiscais e penalidades	2 383,88	6 029,40
Perdas em inventários	8 206,94	10 322,60
Sinistros com viaturas	194 902,32	115 532,33
Dívidas incobráveis	4 805,16	10 068,73
Impostos e taxas	86 459,79	82 350,88
Outros gastos	187 538,09	174 612,01
	539 487,18	412 165,57

29 | JUROS E GASTOS SIMILARES

Os juros e gastos similares dos exercícios de 2016 e 2015 decompõem-se como segue:

	2016	2015
Juros suportados de		
Financiamentos obtidos de empresas do grupo	284 648,50	335 957,66
Financiamentos bancários	12,64	269,28
	284 661,14	412 226,94

A rubrica de Financiamentos obtidos de empresas do Grupo inclui juros pagos e despesas associadas aos financiamentos concedidos pela Deutsche Bahn Mobility, nos montantes de €247.520 e €37.127 (2015: €292.137 e €43.820), respetivamente, ver Nota 3.4.2).

30 | IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Autoridade Tributária durante um período de quatro anos, exceto quando tenham sido registados prejuízos fiscais, concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações fiscais, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos poderão ser alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Ainda de acordo com a legislação em vigor, o prejuízo fiscal apurado no exercício de 2012 poderá ser deduzido a lucros tributáveis apurados até ao quinto ano seguinte, enquanto que os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 poderão ser deduzidos nos 12 anos subsequentes. A partir de 2014, os prejuízos fiscais reportados, incluindo os gerados em anos anteriores, poderão ser deduzidos, até ao limite máximo de 70% do lucro tributável apurado em cada exercício.

O imposto sobre o rendimento do período, reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 decompõe-se como segue:

	2016	2015
Capital próprio		
Ajustamento a subsídios de investimento (ver Nota 16)	(105 192,00)	(153 638,53)
	(105 192,00)	(153 638,53)
Demonstração dos resultados		
Imposto diferido (ver Nota 9)	35 998,72	(67 085,56)
Ajustamento a subsídios de investimento	-	-
Imposto Corrente (ver Nota 20)	74 507,18	77 402,56
	110 505,90	10 317,00

As taxas de imposto adotadas na determinação do IRC dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme segue:

	2016	2015
Taxa nominal de imposto		
IRC	21,00%	21,00%
Derrama sobre o lucro tributável	1,50%	1,50%

Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa apresentava os seguintes prejuízos fiscais passíveis de dedução a lucros tributáveis futuros:

Ano	Valor	Ano limite para a sua dedução
2012	3 167 784,68	2017
2014	615 697,36	2026
2015	406 476,75	2027
2016	1 702 297,85	2028
	5 892 256,64	

A Empresa reconheceu apenas ativos por impostos diferidos sobre uma parte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados nos exercícios de 2012 e seguintes (ver Nota 9), por estimar que os restantes prejuízos fiscais não serão passíveis de utilização dentro do prazo máximo permitido para a sua dedução.

A reconciliação do montante de IRC dos períodos apresentados é como segue:

	2016	2015
Resultado antes de Imposto	(2 039 335,93)	(363 051,99)
Diferenças permanentes:	(716 615,18)	(295 190,12)
Diferenças temporárias:	324 097,04	149 661,85
Lucro tributável / Prejuízo fiscal	(2 431 854,07)	(508 580,25)
Utilização dos prejuízos fiscais (70%)	-	-
Matéria coletável	(2 431 854,07)	(508 580,25)
Taxa de Imposto	21%	21%
Imposto sobre o rendimento à taxa nominal	-	-
Derrama municipal	-	-
Tributações autónomas	74 507,18	77 402,56
Imposto corrente	74 507,18	77 402,56
Imposto diferido (ver nota 9)	35 998,72	(67 085,56)
Ajustamento ao subsídio de investimento	-	-
Gastos de imposto no período	110 505,90	10 317,00

31 | COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa tinha as seguintes responsabilidades com rendas vincendas de contratos de aluguer operacional de viaturas, não expressas no balanço:

	2016	2015
Viaturas ligeiras	18 490,31	65 136,27
	18 490,31	65 136,27

Rendas vincendas	< 1ano	1-5 anos	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 viaturas ligeiras de passageiro	18 490,31	0	18 490,31

32 | PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa apresenta os seguintes passivos contingentes decorrentes de garantias bancárias prestadas:

GARANTIAS

Beneficiário	Objeto	2016	2015
EP - Estradas de Portugal	Prestação serviços aluguer	-	805,00
EP - Estradas de Portugal	Prestação serviços aluguer	-	805,00
		-	1 690,50

33 | MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante os exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, os quais, contudo, quando incorridos são registados como gastos do exercício. Os gastos incorridos nestes exercícios foram fundamentalmente provenientes da separação e envio para aterro de resíduos resultantes do desenvolvimento da atividade corrente da Empresa.

	2016	2015
Vendas de bens, produtos e serviços		
Prestação de Serviços		
Empresas do Grupo Acionista		
Arriva PLC	161 394,49	216 957,20
Arriva Portugal Transportes, Lda.	4 158,00	1 371,63
Arriva Spain Holding, S.L.	-	9 774,67
Arriva Noroeste, SL	707,5	-
Transfesa (Portugal) - Transp.Ferr.Esp., Lda	11 112,98	10 200,00
Esfera Bus, SLU	8 273,58	11 886,80
DB Internacional GmbH	17 166,19	17 553,59
DB Internacional GmbH, Sucursal em Portugal	-	-
	202 812,80	267 743,89
Associadas		
Otlis, ACE	27 048,00	27 078,00
	27 048,00	27 078,00

34 | PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa é controlada pela Arriva Transportes da Margem Sul, SA que detém 100% do capital da Empresa. A empresa dominante do Grupo onde a TST está inserida é a Deutsche Bahn AG (ver Nota 1).

34.1. | CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da TST foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Empresa. As remunerações atribuídas à Administração pelo desempenho das suas funções encontram-se evidenciadas na Nota 26.

34.2. | TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

	2016	2015
Compras de bens de consumo e ativos fixos tangíveis		
Compra de bens e produtos		
Empresas do Grupo Acionista		
DB Regionalverkehr kurhessen GmbH (RKH)	220 000,00	-
DB Bahn - BVO Busverkehr Ostwestfalen CMBH	103 000,00	-
	323 787,20	-
Associadas		
Otlis, ACE	200 787,20	211 256,18
	200 787,20	211 256,18
Compra de serviços		
Empresas do Grupo Accionista		
Arriva Portugal Transportes, Lda	61 464,32	6 849,70
Arriva PLC	35 917,97	55 930,11
Arriva Noroeste, SL	-	-
	97 382,29	62 779,81
Associadas		
Rodinform, SA	114 127,81	88 546,07
	114 127,81	88 546,07
Juros de Empréstimos		
Empresas do Grupo Acionista		
DB Mobility Logistics AG	260 233,17	292 137,00
	260 233,17	292 137,00

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2016	2015
Saldos devedores		
Empresas do Grupo Acionista		
Arriva Investimentos SGPS, SA	248 708,67	178 692,61
DB Mobility Logistics AG	19 079,55	56 731,53
Arriva PLC	18 219,85	33 649,72
Arriva Portugal Transportes, Lda	750,00	
Arriva Noroeste, S.L.	-	6 630,00
Esfera Bus, SLU	-	1 045,50
Transfesa (Portugal) - Transp. Ferr. Esp., Lda	4 661,60	2 810,38
DB International GMBH, Sucursal em Portugal	4 661,60	2 810,38
	291 455,03	279 663,43
Associadas		
Otlis, ACE	108 572,77	21 822,50
	108 572,77	21 822,50
Saldos credores		
Empresas do Grupo Acionista		
Arriva PLC (ver Nota 3.3 e 20)	2 326 978,33	2 300 000,09
DB Mobility Logistics AG (ver Nota 18)	17 874 391,91	17 897 000,00
Arriva Investimentos SGPS, SA	74 507,18	77 402,56
	20 275 877,42	20 274 402,65
Associadas		
Rodinform, SA	50 176,28	14 457,07
Otlis, ACE	28 275,39	17 832,45
	78 451,67	32 289,52

35 | DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

35.1 DÍVIDAS AO ESTADO

A Empresa não é devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social, nem de dívidas à Autoridade Tributária ou outros organismos estatais.

35.2 HONORÁRIOS FATURADOS PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários faturados em 2016 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais, serviços de auditoria e de consultoria fiscal ascenderam a € 51.415.

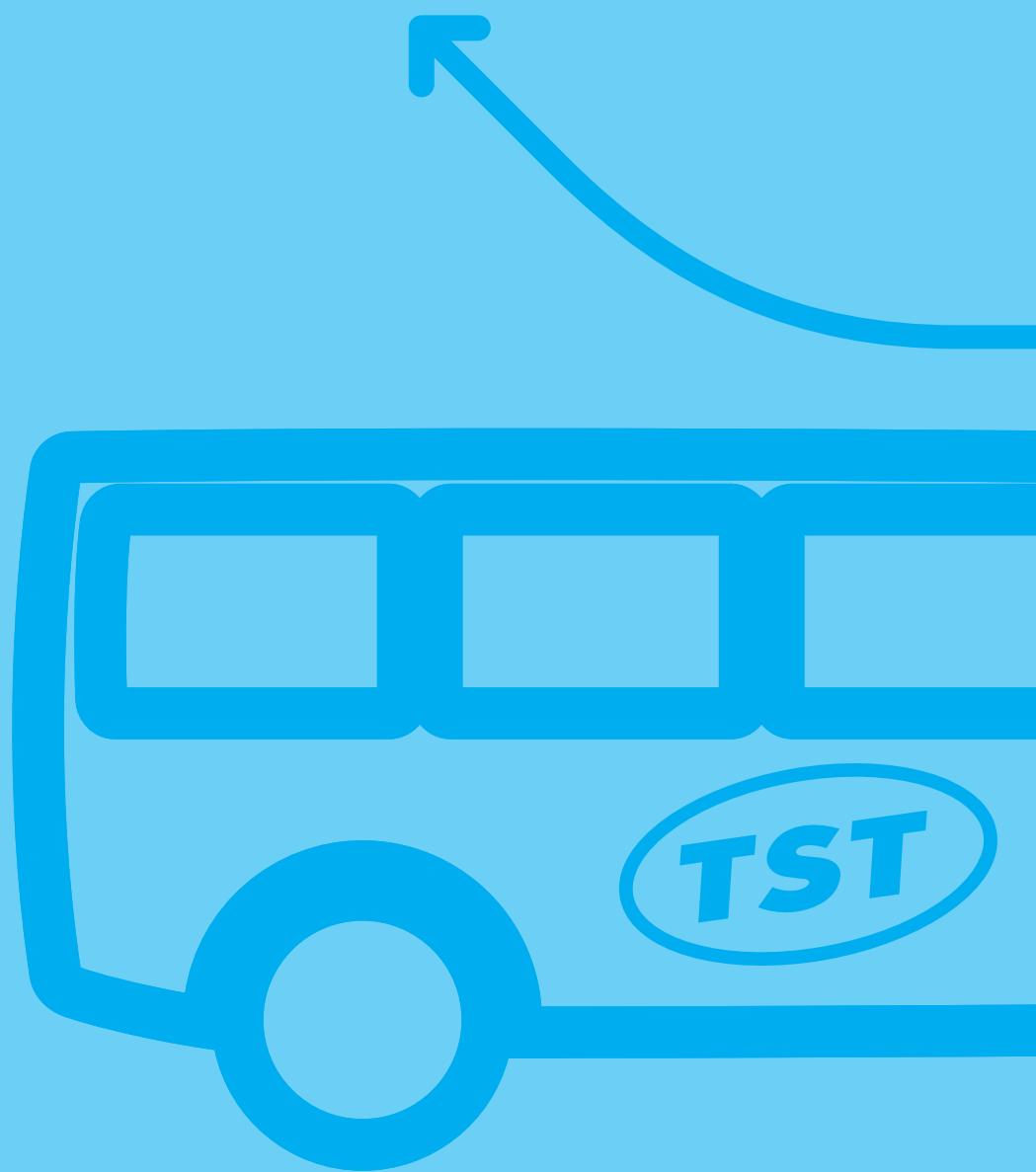
36. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO PERÍODO

O exercício findo em 31 de dezembro de 2016 encerrou com um resultado líquido negativo de € 2.149.841,83, pelo que será transferido para Resultados Transitados.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES RELEVANTES APÓS O TERMO DO PERÍODO

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes à data de relato que pudessem ter impacto significativo nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016.

5 | ANEXOS



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhor Acionista Único

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.



*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

11 de agosto de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Rui Jorge dos Anjos Duarte, R.O.C.

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da T.S.T. – Transportes do Sul do Tejo, SA (Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 48.070.823 euros e um total de capital próprio de 12.797.460 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.149.842 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nas alíneas a) e b), apresentadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da T.S.T. – Transportes do Sul do Tejo, SA em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

- a) Conforme referido na Nota 13 das notas anexas, o saldo de Outros créditos a receber em 31 de dezembro de 2016 inclui um valor estimado de 9.1 milhões de euros (2015: 6.8 milhões de euros) a receber do Estado, correspondente à quota-parte das receitas de passes multimodais vendidos pelos operadores de transporte coletivo de passageiros da área metropolitana de Lisboa e à compensação financeira do Estado pela prestação do serviço público de transporte nos anos de 2014 a 2016.

A legislação aplicável até 2016 e os acordos celebrados com o Estado definiam que os montantes recebidos eram estimados, encontrando-se sujeitos a revisão, com base nos dados reais do sistema de bilhética sem contacto e da metodologia que viesse a ser ratificada para calcular as tarifas comerciais dos diferentes operadores. Contudo, em dezembro de 2016 foram publicados dois diplomas que alteraram as regras gerais de cálculo da compensação e repartição das receitas dos operadores previstas em diploma anterior, e estabeleceram os montantes a pagar aos operadores privados no período de 2014 a 2016, embora para este último ano ainda de forma previsional.

A metodologia usada e os pressupostos subjacentes ao cálculo das tarifas comerciais foram contestadas pela Empresa e pela Associação que representa os operadores do setor. Dado o diferendo existente, a Administração decidiu registar o valor que estima receber do Estado, mantendo uma provisão de 3.8 milhões de euros (2015: 3.8 milhões de euros) para fazer face à diferença que possa resultar entre o valor estimado e o valor definitivo que venha a ser determinado com base na resolução do processo judicial interposto pela Empresa.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



Considerando as incertezas relativamente (i) à metodologia usada no cálculo das tarifas comerciais e dos valores finais a receber referentes ao período de 2014 a 2016 e (ii) o resultado da ação judicial em curso, não estamos em condições de concluir sobre a razoabilidade (i) do valor estimado a receber do Estado no montante de 9.1 milhões de euros (2015: 6.8 milhões de euros), (ii) da provisão associada ao processo judicial interposto pela Empresa no montante de 3.8 milhões de euros (2015: 3.8 milhões de euros), e (iii) do impacto que a clarificação desta matéria pode ter a nível da recuperação dos ativos por impostos diferidos que, em 31 de dezembro de 2016, ascendem a 1.7 milhões de euros (2015: 1.8 milhões de euros).

Dado que o Estado estabeleceu os montantes de contribuições financeiras a atribuir relativamente ao período de 2014 a 2016, consideramos ainda que a provisão existente deveria ser registada no ativo corrente, como imparidade de Outros créditos a receber, e não como passivo corrente.

- b) Em 31 de dezembro de 2016 os ativos intangíveis incluem um valor de 12 milhões de euros (2015: 13.3 milhões de euros) de “goodwill”. Contudo, o facto de (i) existirem incertezas quanto ao rédito estimado relacionado com as receitas dos passes multimodais a receber do Estado, tal como referido na Nota 13 das notas explicativas, e (ii) estar em fase de estudo o plano de remodelação da atual oferta de serviços pela Empresa, com vista à sua eficiência económica, não nos é possível concluir quanto à eventual imparidade deste ativo.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Tal como referido no Relatório de Gestão a Empresa tem vindo a apresentar resultados negativos. Adicionalmente, tendo presente as incertezas quanto ao montante que efetivamente será recebido pela quota-parte da receita dos passes multimodais vendidos pelos operadores de transportes coletivos da área metropolitana de Lisboa e à compensação financeira do Estado pela prestação do serviço público de transporte, bem como a existência de fundo de maneo negativo, consideramos existir uma incerteza material quando à continuidade da Empresa. Como referido na Nota 3, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações, o qual depende da evolução favorável das incertezas acima referidas, do suporte financeiro do Grupo Deutsche Bahn, através da manutenção das condições dos financiamentos concedidos, e da rentabilidade futura das suas operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2016

T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA
PwC 3 de 4

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

11 de agosto de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Rui Jorge dos Anjos Duarte, R.O.C.



Report and Opinion of the Supervisory Body

(Free translation from the original in Portuguese)

To the sole Shareholder,

In accordance with the law and our mandate, we herewith present the report on our supervisory activity and our opinion on the Directors' Report and financial statements as presented by the Board of Directors of T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA with respect to the year ended December 31, 2016.

During the year, we have accompanied the evolution of the Company's activity, as and when deemed necessary. We have verified the timeliness and adequacy of the accounting records and respective supporting documentation, as well as the effectiveness of the internal control system, only to the extent that the controls are of relevance for the control of the Company's activity and the presentation of the financial statements. We have also ensured that the law and the Company's articles of association have been complied with.

As a consequence of our work, we have issued the attached Statutory Audit Report.

Within the scope of our mandate, we have verified that:

- i) the balance sheet, the statement of income by nature, the statement of changes in equity, the statement of cash flows and the corresponding notes to the accounts, except in respect of the aspects mentioned in the Statutory Audit Report, permit an adequate understanding of the financial position, the results, the changes in equity and cash flows of the Company;
- ii) the accounting policies and valuation methods applied are appropriate;
- iii) the Directors' Report is sufficiently clear as to the developments of the business and the position of the Company and highlights the more significant aspects;
- iv) the proposed appropriation of results is not contrary with the applicable laws and Company's articles of association.

On this basis, and taking into account information obtained from the Board of Directors and the Company's employees, together with the conclusions in the Statutory Audit Report, we are of the opinion that:

- i) the Directors' Report be approved;
- ii) the financial statements be approved;
- iii) the proposed appropriation of results be approved.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Finally, we would like to express our gratitude to the Board of Directors and all those whom we contacted, for their valuable contribution.

August 11, 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:

Rui Jorge dos Anjos Duarte, R.O.C.



Statutory Audit Report

(Free translation from the original in Portuguese)

Report on the audit of the financial statements

Qualified Opinion

We have audited the accompanying financial statements of T.S.T. – Transportes do Sul do Tejo, SA (the Entity), which comprise the balance sheet as at December 31, 2016 (which shows total assets of Euro 48,070,823 and total shareholders' equity of Euro 12,797,460, including a net loss of Euro 2,149,842), the statement of income by nature, the statement of changes in equity and the statement of cash flows for the year then ended, and the notes to the financial statements, including a summary of significant accounting policies.

In our opinion, except for the possible effects of the matters referred to in subparagraphs a) and b), presented in the “Basis for qualified opinion” section, the accompanying financial statements present fairly in all material respects, the financial position of T.S.T. – Transportes do Sul do Tejo, SA as at December 31, 2016, and its financial performance and its cash flows for the year then ended in accordance with generally accepted accounting principles in Portugal.

Basis for qualified opinion

- a) As referred to in Note 13 of the Notes to the accounts, the balance of Other accounts receivable as at December 31, 2016 includes an estimate of Euro 9.1 million (2015: Euro 6.8 million) receivable from the State, related to the revenue sharing of multimodal passes sold by the operators in Lisbon metropolitan region and the financial compensation granted by the State for the public transport service provided in the period 2014-2016.

The laws applicable until 2016 and the agreements signed with the State established that amounts received by the operators were still subject to a final assessment, based on the actual data obtained from the contactless ticket system and a methodology to be determined to calculate the commercial fare assigned to each operator. However, in December 2016 the Portuguese State published two laws altering the methodology used to calculate the commercial fare, and established the amounts to be paid to the private operators in the period 2014-2016, although on an estimated basis for 2016.

The Company and the association that represents the private operators have disputed the methodology used to calculate the commercial fare and the underlying assumptions. Considering the existing legal dispute, management decided to record the estimated amount receivable from the State, maintaining a provision of Euro 3.8 million (2015: 3.8 million) for differences that may result from the final decision of the legal case.

Considering the uncertainties on (i) the methodology used to calculate the commercial fare and the final amounts receivable from the State in the period 2014-2016 and (ii) the outcome of the lawsuit underway against the State, we are not able to conclude on the reasonableness of (i) the amount receivable from the State, in the amount of Euro 9.1 million (2015: Euro 6.8 million),

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

(ii) the provision for the litigation, in the amount of Euro 3.8 million (2015: Euro 3.8 million), and (iii) the impact that the clarification of this matter may have on the recoverability of the deferred tax assets, amounting to Euro 1.7 million (2015: Euro 1.8 million), on December 31, 2016.

Given the Portuguese State has already established the amounts receivable in the period 2014-2016, we consider that the existing provision should be presented as an impairment of the amount receivable, under current assets, and not as current liabilities, in the balance sheet.

- b) The intangible assets as at December 31, 2016 include a goodwill of Euro 12 million (2015: Euro 13.3 million). However, given (i) the uncertainties on the estimated revenues relating to the multimodal passes, as referred to in Note 13 of the Notes to the accounts, and (ii) the plan for altering the current services offer to improve the Company's economic performance is still underway, we are not able to conclude on the possible impairment of this asset.

We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing (ISAs) and other technical and ethical standards and recommendations issued by the Institute of Statutory Auditors. Our responsibilities under those standards are described in the "Auditor's responsibilities for the audit of the financial statements" section below. In accordance with the law, we are independent of the Entity and we have fulfilled our other ethical responsibilities in accordance with the ethics code of the Institute of Statutory Auditors.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our qualified opinion.

Material uncertainty relating to going concern

As referred to in the Management report, the Company has been presenting negative results. In addition, considering the uncertainties on the amount receivable from the State arising from the revenue sharing of multimodal passes sold by public transport operators in the metropolitan area of Lisbon and the financial compensation granted by the State for the public transport service provided, as well as the existence of the negative working capital, we consider that a material uncertainty relating to going concern exists. As referred to in the Note 3 of the Notes to the accounts, the financial statements have been prepared on a going concern basis, which depends on the favourable outcome uncertainties referred to above, on the financial support of the Deutsche Bahn Group, in particular in retaining maintaining the financing conditions granted, and the future profitability of the Company's activities.

Our opinion is not modified in respect of this matter.

Responsibilities of management for the financial statements

Management is responsible for:

- a) the preparation of the financial statements, which present fairly the financial position, the financial performance and the cash flows of the Entity in accordance with generally accepted accounting principles in Portugal;
- b) the preparation of the Directors' Report in accordance with the applicable law and regulations;

- c) the creation and maintenance of an appropriate system of internal control to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error;
- d) the adoption of appropriate accounting policies and criteria; and
- e) the assessment of the Entity's ability to continue as a going concern, disclosing, as applicable, events or conditions that may cast significant doubt on the Entity's ability to continue its activities.

Auditor's responsibilities for the audit of the financial statements

Our responsibility is to obtain reasonable assurance about whether the financial statements as a whole are free from material misstatement, whether due to fraud or error, and to issue an auditor's report that includes our opinion. Reasonable assurance is a high level of assurance, but is not a guarantee that an audit conducted in accordance with ISAs will always detect a material misstatement when it exists. Misstatements can arise from fraud or error and are considered material if, individually or in the aggregate, they could reasonably be expected to influence the economic decisions of users taken on the basis of these financial statements.

As part of an audit in accordance with ISAs, we exercise professional judgment and maintain professional scepticism throughout the audit. We also:

- a) identify and assess the risks of material misstatement of the financial statements, whether due to fraud or error, design and perform audit procedures responsive to those risks, and obtain audit evidence that is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion. The risk of not detecting a material misstatement resulting from fraud is higher than for one resulting from error, as fraud may involve collusion, forgery, intentional omissions, misrepresentations, or the override of internal control;
- b) obtain an understanding of internal control relevant to the audit in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the Entity's internal control;
- c) evaluate the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates and related disclosures made by management;
- d) conclude on the appropriateness of management's use of the going concern basis of accounting and, based on the audit evidence obtained, whether a material uncertainty exists related to events or conditions that may cast significant doubt on the Entity's ability to continue as a going concern. If we conclude that a material uncertainty exists, we are required to draw attention in our auditor's report to the related disclosures in the financial statements or, if such disclosures are inadequate, to modify our opinion. Our conclusions are based on the audit evidence obtained up to the date of our auditor's report. However, future events or conditions may cause the Entity to cease to continue as a going concern;
- e) evaluate the overall presentation, structure and content of the financial statements, including the disclosures, and whether the financial statements represent the underlying transactions and events in a manner that achieves fair presentation; and

- f) communicate with those charged with governance regarding, among other matters, the planned scope and timing of the audit and significant audit findings, including any significant deficiencies in internal control that we identify during our audit.

Our responsibility also includes verifying that the information included in the Directors' report is consistent with the financial statements.

Report on other legal and regulatory requirements

Director's report

In compliance with paragraph 3 e) of article No. 451 of the Portuguese Company Law, it is our understanding that the Director's report has been prepared in accordance with applicable requirements of the law and regulation, that the information included in the Directors' report is consistent with the audited financial statements and, taking into account the knowledge and assessment about the Entity, no material misstatements were identified.

August 11, 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:

Rui Jorge dos Anjos Duarte, R.O.C.